



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Ana Cristina Faria de Menezes

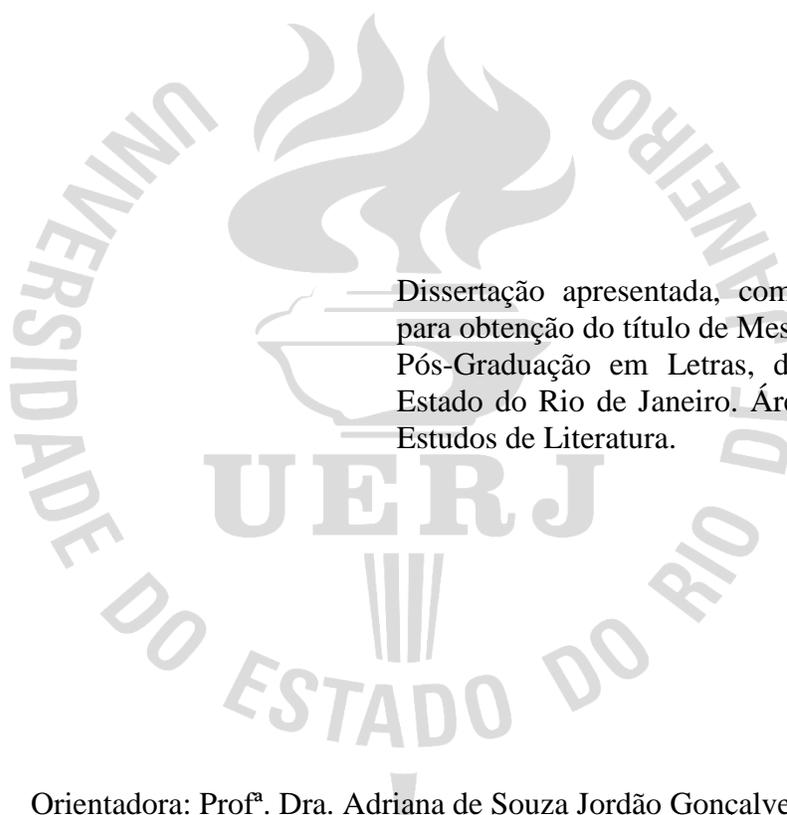
**Crianças vulneráveis: infâncias e precariedades em *Jane Eyre*, *Wuthering Heights* e *Agnes Grey***

Rio de Janeiro

2023

Ana Cristina Faria de Menezes

**Crianças vulneráveis: infâncias e precariedades em *Jane Eyre*, *Wuthering Heights* e *Agnes Grey***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriana de Souza Jordão Gonçalves

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M543 Menezes, Ana Cristina Faria de.  
Crianças vulneráveis: infâncias e precariedades em Jane Eyre,  
Wuthering Heights e Agnes Grey / Ana Cristina Faria de Menezes. –  
2023.  
87 f.: il.

Orientadora: Adriana de Souza Jordão Gonçalves.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Literatura inglesa – História e crítica - Teses. 2. Infância na  
literatura - Teses. 3. Inglaterra – Usos e costumes - Séc. XIX – Teses.  
4. Brontë, Anne, 1820-1849 – Crítica e interpretação – Teses. 5.  
Brontë, Charlotte, 1816-1855 - Crítica e interpretação – Teses. 6.  
Brontë, Emily, 1818-1848 - Crítica e interpretação – Teses. I.  
Gonçalves, Adriana de Souza Jordão. II. Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 820-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ana Cristina Faria de Menezes

**Crianças vulneráveis: infâncias e precariedades em *Jane Eyre*, *Wuthering Heights* e *Agnes Grey***

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 19 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adriana de Souza Jordão Gonçalves (Orientadora)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Conceição Monteiro  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Leonardo Bérenger Alves Carneiro  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2023

## DEDICATÓRIA

Para Daniel Faria de Menezes  
Meu irmão,  
sem você eu não seria.

## AGRADECIMENTOS

Ao Antônio, meu amor, motor, trampolim.

À Adriana Jordão e ao seu olhar poético e generoso. Obrigada pela orientação paciente e empática em meio a furacões pandêmicos.

Ao Gabriel, meu primeiro leitor, sempre. Parceria da minha vida, obrigada.

Aos meus pais, Cristina e Daniel. Obrigada por tudo.

À minha irmã, Mariana, por trazer leveza e graça. Obrigada, Tinda.

Ao Leo, pela generosidade ímpar. Obrigada por enxergar em mim um potencial que eu mesma não via. Sem você, essa dissertação provavelmente não existiria em 2023.

À professora Maria Conceição Monteiro, pelos diálogos enriquecedores em sala de aula e pelo olhar atento aos meus escritos.

Ao professor Davi Pinho, pelo *insight*-semente desta dissertação em uma ligação lá em 2020 e pelas conversas tão contribuidoras.

À professora Michela Rosa Di Candia, pela disponibilidade para a leitura desta dissertação. Às crianças da minha vida, meus alunos, que sempre me relembram o que é ser uma criança.

À PUC-Rio, que me permitiu experimentar o que é ser professora, e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que me mostrou o meu tema da vida.

À UERJ, onde descobri conversas com as quais poderia contribuir.

Aos professores que me fizeram professora.

## RESUMO

MENEZES, Ana Cristina Faria de. *Crianças vulneráveis: infâncias e precariedades em Jane Eyre, Wuthering Heights e Agnes Grey*. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação propõe investigar as diferentes infâncias figuradas nas obras *Agnes Grey* (1847), de Anne Brontë (1820-1849), *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Brontë e *Wuthering Heights* (1847), de Emily Brontë (1818-1848). Essas infâncias são necessariamente plurais uma vez que não há um tipo único de infância vitoriana, mas sim diversos desdobramentos da experiência de crianças que viveram nesse período em diferentes situações de infantilização (FROST, 2008). Dado que as irmãs de Haworth viram de perto as opressões trazidas pela Revolução Industrial e, antes disso, as complicações da agricultura capitalista (EAGLETON, 2005a; WILLIAMS, 2011), os entrelaçamentos entre o contexto histórico no qual viveram e a criação ficcional de suas personagens infantis contribui para uma percepção mais matizada das respectivas precariedades (BUTLER, 2019) em jogo. Proponho, assim, que o ato de narrar tais infâncias, marcando-as materialmente quanto às suas distintas precariedades expõe um sistema que precisa explorar os vulneráveis para que possa crescer.

Palavras-chave: Irmãs Brontë. Infância. Vulnerabilidade. Era Vitoriana.

## ABSTRACT

MENEZES, Ana Cristina Faria de. *Vulnerable Children: childhoods and precariousness in Jane Eyre, Wuthering Heights and Agnes Grey*. 2023. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation proposes to investigate the different childhoods portrayed in the works *Agnes Grey* (1847), by Anne Brontë (1820-1849), *Jane Eyre* (1847), by Charlotte Brontë, and *Wuthering Heights* (1847), by Emily Brontë (1818-1848). These childhoods are necessarily plural since there is no single type of Victorian childhood, but rather various manifestations of the experiences of children who lived during this period in different situations of infantilization (FROST, 2008). Given that the Haworth sisters witnessed firsthand the oppressions brought about by the Industrial Revolution and, before that, the complications of capitalist agriculture (EAGLETON, 2005a; WILLIAMS, 2011), the intersections between the historical context in which they lived and the fictional creation of their child characters contribute to a more nuanced perception of the respective precariousness (BUTLER, 2019) at stake. Thus, it is proposed that the act of narrating such childhoods, marking them materially with their distinct precariousness (BUTLER, 2019), exposes a system that needs to exploit the vulnerable in order to grow.

Keywords: Brontë sisters. Childhood. Vulnerability. Victorian studies.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1	<b>NARRAR INFÂNCIAS, NARRAR MENINAS – UM DEBATE HISTÓRICO CONCEITUAL .....</b>	<b>17</b>
1.1	<b>Aprende-se a ser, torna-se (ou a narrativa e o gênero) .....</b>	<b>20</b>
1.2	<b>Infâncias, crianças e suas precariedades .....</b>	<b>28</b>
1.3	<b>Infâncias precárias: a imagem e a narrativa .....</b>	<b>34</b>
1.4	<b>Educação e trabalho .....</b>	<b>45</b>
2	<b>INFÂNCIAS E PRECARIIDADES EM <i>JANE EYRE</i>, <i>WUTHERING HEIGHTS</i> E <i>AGNES GREY</i> .....</b>	<b>53</b>
2.1	<b>Outsiders, sem mãe, sem pátria .....</b>	<b>57</b>
2.2	<b>Tecido, traje: o entrelaçar da trama das precariedades .....</b>	<b>65</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

Há um discurso que paira sobre a sociedade acerca da camada mais jovem da população: “Devemos proteger as crianças”, ouvimos o brado vindo dos mais diversos grupos – políticos, os chamados “homens de bem”, familiares, educadores, entre tantos outros. A ideia ocidental da infância tão inocente e tão indefesa é produto de uma construção social que passa a vigorar de maneira mais hegemônica no século XIX, com a Revolução Industrial e formulação de um ideal familiar burguês. Esta pesquisa, então, começou a ser pensada a partir das seguintes questões: o que está por trás do discurso acerca da proteção das crianças? Essas crianças são, de fato, protegidas? Quais são os tais perigos dos quais a criança deve ser protegida? Abusos físicos reais ou o que a extrema direita chama de “ideologia de gênero”? Em que medida o discurso da proteção das crianças é usado como justificativa para políticas públicas, leis e práticas que afetam as crianças? Quem se beneficia com a manutenção de um projeto familiar que privilegia um único indivíduo: o pai?

O grupo de extrema-direita estadunidense *QAnon* foi organizado em torno da teoria da conspiração criada pelo website 4chan e fomentada nas redes sociais, cuja principal crença seria de que o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estaria à frente de uma guerra secreta contra os supostos pedófilos satanistas canibais infiltrados em Hollywood e no partido Democrata. O que parecia uma piada, um grupo cuja base foi estruturada em uma teoria absurda demais para ser levada a sério, foi, na verdade, responsável pela invasão do Congresso que ocorreu em janeiro de 2021, durante sessão de contagem dos votos do Colégio Eleitoral na eleição americana, que deu vitória a Joe Biden, seu oponente. Cinco pessoas morreram durante o evento.

Meses antes, o *QAnon* conseguiu um grande número de mães adeptas depois de alertarem que, supostamente, figuras públicas como Barack Obama e Hillary Clinton fazem parte de uma rede de tráfico de crianças<sup>1</sup>. Para eles, o então presidente Donald Trump estaria “lutando” para que essa rede maligna fosse derrotada e seus integrantes fossem punidos. O grupo se organizou

---

<sup>1</sup> FANJUL, Sergio C. *Teorias conspiratórias do QAnon varrem o mundo e são mais perigosas do que parecem*. El País, 2021 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanonvarrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html> [acesso em 01 jun 2022]

para postarem em redes sociais a mesma mensagem: “O tráfico sexual de crianças está fora de controle nos EUA e ao redor do mundo e ninguém está prestando atenção nisso”<sup>2</sup>. A mensagem acompanhava a *hashtag* #SaveTheChildren e, ao clicar nela, seria possível visualizar todas as outras postagens que utilizaram a mesma *tag*. Enquanto Trump apoiava o movimento #SaveTheChildren, a sua política de “tolerância zero” acerca de imigrantes que cruzam as fronteiras ilegalmente resultou na separação de milhares de crianças de seus pais, separadas de suas famílias e de suas infâncias. Essas crianças eram levadas a abrigos e eram mantidas sob a custódia do Estado. Quatro anos depois da implantação da política trumpista, um relatório informou que mais de 4.500 crianças imigrantes relataram ter sofrido abuso sexual nesses abrigos<sup>3</sup>.

Jair Messias Bolsonaro, antes das eleições que o colocaram como chefe de Estado, viu-se favorecido nas pesquisas eleitorais após a veiculação de uma série de *fake news* que geraram o sentimento de pânico. As mensagens disparadas com construções de falsas verdades eram, por vezes, tão absurdas que geravam um sentimento de urgência no leitor, fazendo com que compartilhassem as mesmas em massa e se perguntassem “por que ninguém está falando sobre isso?”, tática semelhante a do movimento *QAnon*. Outra semelhança entre as *fake news* elaboradas pela extrema direita estadunidense e brasileira era que havia um mal pairando sobre as crianças e essas deveriam ser protegidas a todo custo. Podemos aqui citar como exemplos um vídeo de 2018 massivamente compartilhado e visualizado no qual um homem afirma que seu filho teria recebido da creche municipal uma mamadeira com bico em formato de pênis. A mamadeira teria sido “distribuída em creche para o seu filho com a desculpa de combater a homofobia”<sup>4</sup>. Outra notícia circulada foi a distribuição do livro *Aparelho Sexual e Cia* para

<sup>2</sup> NORTH, Anna. *How #SaveTheChildren is pulling American moms into QAnon*. Vox, 2020 Disponível em: <https://www.vox.com/21436671/save-our-children-hashtag-qanon-pizzagate> [acesso em 01 jun 2022]

<sup>3</sup> HAAG, Matthew. *Thousands of Immigrant Children Said They Were Sexually Abused in U.S. Detention Centers, Report Says*. New York Times, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/02/27/us/immigrant-childrensexual-abuse.html> [acesso em 01 jun 2022]

<sup>4</sup> *Checamos: mamadeiras em formato de pênis não foram distribuídas em creches*. yahoo!notícias, 2021. Disponível em: [https://br.noticias.yahoo.com/checemos-mamadeiras-em-formato-de-penis-nao-foram-distribuidas-em-creches154523095.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLnNvbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQA](https://br.noticias.yahoo.com/checemos-mamadeiras-em-formato-de-penis-nao-foram-distribuidas-em-creches154523095.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLnNvbS8&guce_referrer_sig=AQA)

AAALapTzmPz0F6pUzfJNaDNL5SKRNcAOiQjo0xqL2w9IzZeWvXNwxPT-fH7\_JrLjTQx3rBpLJH8ViOBvBjVa7WkbmMhYqJNUqNJAaIIRvvdrrjCSlhfDohZ8Jv5xW9p5Ufj7AmpA1cz5B1bukMIA1WR9hb32GQcvPV7t0GK9ui [acesso em 01 jun 2022]

crianças de seis anos e o que foi chamado pelo então candidato à presidência de “*kit gay*” no projeto “Escola sem homofobia”<sup>5</sup>. O interessante desse caso específico é que foi uma *fake news* que saiu do campo virtual das redes sociais para a bancada do Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no Brasil. Na entrevista do candidato veiculada no dia 28 de agosto de 2018, Jair Bolsonaro exibiu o livro e incitou a fúria dos espectadores contra o suposto criador do “*kit gay*”, seu maior adversário, segundo as pesquisas de intenção de voto, Fernando Haddad.

Por outro lado, como formulam os autores do artigo “A ascensão de um termo: fascismo, necropolítica e o atual cenário político brasileiro” (BIAR; CORTEZ; SANTOS, 2020), podemos entender as *fake news* como verdades produzidas discursivamente por Bolsonaro no sentido foucaultiano em que “estamos igualmente submetidos aos efeitos da produção de verdade, de cuja existência depende a manutenção do poder, e às regras do direito, às normas que são impostas” (BIAR; CORTEZ; SANTOS, 2020, p. 6). Ou seja, as *fake news* são essenciais para que um candidato sem proposta de governo e que só tem o combate – à corrupção, à depravação moral, às minorias – atrelado a um discurso bélico como solução para problemas sociais complexos se coloque e se mantenha no poder. “É pelo massacre que se chega à vitória; uma vez vencedor, é possível implementar novos códigos de conduta, produzir novos discursos de verdade através do direito que regulamenta as leis” (BIAR; CORTEZ; SANTOS, 2020, p. 11).

Embora haja o discurso de proteção às crianças, o governo de Bolsonaro se provou desinteressado em proteger o corpo da criança vulnerável. Em meio à pandemia global do coronavírus COVID-19, a criança em momento algum foi prioridade. Depois de uma primeira fase de isolamento, enquanto shoppings e bares já estavam autorizados a abrir, mães não tinham onde deixar seus filhos para que pudessem trabalhar. Uma pesquisa do IBGE mostrou que a participação no mercado de trabalho de mulheres com filhos até dez anos caiu 8% de 2019, ano pré-pandêmico, para 2020, fazendo com que apenas metade das mulheres desse grupo (50,6%) estivessem efetivamente empregadas formalmente. A pesquisa mostra que tivemos um retrocesso de 30 anos na questão da mulher no mercado de trabalho<sup>6</sup>. Um caso desencadeado por conta da

---

<sup>5</sup> É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seisanos.ghhtml> [acesso em 01 jun 2022]

<sup>6</sup> IDOETA, Adamo Idoeta. *As mães demitidas durante a pandemia: "Tentei conciliar trabalho com meu bebê, mas perdi o emprego"*. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54329694> [acesso em 01 jun 2022]

negligência de crianças filhas de mulheres Outras foi o do menino Miguel. Filho de Mirtes, empregada doméstica em um prédio de luxo em Recife, Miguel morreu depois de cair do nono andar do prédio em que sua mãe trabalhava. Mirtes passeava com o cachorro da patroa – depois dessa combinar que se responsabilizaria pela criança enquanto a mãe estivesse ausente – quando o filho entrou no elevador e a adulta que deveria ser responsável pela criança, o abandonou. Sarí Corte Real chegou a ser presa em flagrante por abandono de incapaz. Entretanto, uma fiança de vinte mil reais a liberou da prisão. Apenas dois anos depois, Sarí Corte Real foi devidamente responsabilizada pelo crime cometido, condenada a oito anos de prisão.

Outro dado importante a ser estudado é o número de denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes que teria diminuído durante a pandemia. Entretanto, um estudo feito em conjunto pelas instituições do Ministério Público de São Paulo, Instituto Sou da Paz e UNICEF mostra que apesar da queda do número de **denúncias**, a violação de crianças nunca esteve tão alta, uma vez que mais de 80% dos casos de abuso acontecem na própria casa da criança e por um membro da família ou por pessoa próxima à família e o isolamento social, afastando as crianças das escolas, dificultaria o processo de denúncia dos casos<sup>7</sup>. O fechamento de escolas e creches explica a diminuição de denúncias uma vez que muitas vezes estas ocorrem a partir da observação de professores e educadores.

No ano de 2020, entre os meses de junho e setembro, 84 meninas de 10 a 14 anos deram à luz na rede municipal da capital paulista, o que comprova o abuso infantil, uma vez que ter relações sexuais com menores de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável. O caso da menina de dez anos que engravidou após ser abusada pelo seu próprio tio repercutiu uma vez que a então ministra Damares Alves, ativista antiaborto, tentou interferir no processo de aborto<sup>8</sup> – previsto por lei, visto que havia sido vítima de estupro e também sofria risco de morte caso levasse a gravidez adiante. Entre outras interferências, Damares divulgou o nome da menina, o que desencadeou manifestações antiaborto inclusive na frente do hospital onde a menina teria feito o procedimento. Com o discurso de tentar proteger uma possível vida vulnerável, o feto, os

---

<sup>7</sup> UNICEF. *Pandemia dificulta denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo, revela relatório*. UNICEF Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-dificulta-denuncia-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-sp> [acesso em 29 jun 2022]

<sup>8</sup> VILA-NOVA, Carolina. *Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos*. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-paraimpedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml> [acesso em 01 jun 2022]

ativistas ignoram a vulnerabilidade e sofrimento da criança-receptáculo desse feto. Vale mencionar que, no momento da escrita dessa pesquisa, contrariamente ao que vem sendo estudado sobre o papel da escola no combate ao o abuso de crianças e adolescentes, um projeto de lei que autoriza o ensino domiciliar foi aprovado na Câmara dos Deputados<sup>9</sup>.

Durante o mês de junho de 2022, tivemos a infelicidade de ler, no curto período de uma semana, sobre três situações absurdas e devastadoras para qualquer menina-mulher. Vemos a pedra de mármore empurrada por Sísifo até o topo da montanha cair mais uma vez. No dia 20 de junho, uma reportagem feita pelo veículo de notícias *The Intercept Brasil*<sup>10</sup> expôs o caso de uma menina de dez anos que teve seu direito ao aborto legal e seguro postergado. Joana Zimmer, a juíza que cuidou do caso, tentou convencer a menina a prosseguir com a gravidez. Na visão da juíza, um feto é mais digno de direitos e empatia que uma menina vítima de abuso sexual: “[separar a menina de sua família, colocando-a num abrigo e prosseguir a gravidez é uma] situação que deve ser avaliada como forma não só de protegê-la, mas de proteger o bebê em gestação, se houver viabilidade de vida extrauterina”, disse Zimmer. “Você suportaria ficar mais um pouquinho?”, questiona a juíza. A promotora Alberton, lotada na 2ª Promotoria de Justiça do município de Tijucas, diz: “A gente mantinha mais uma ou duas semanas apenas a tua barriga, porque, para ele ter a chance de sobreviver mais, ele precisa tomar os medicamentos para o pulmão se formar completamente”. Ela continua: “Em vez de deixar ele morrer – porque já é um bebê, já é uma criança –, em vez de a gente tirar da tua barriga e ver ele morrendo e agonizando, é isso que acontece, porque o Brasil não concorda com a eutanásia, o Brasil não tem, não vai dar medicamento para ele... Ele vai nascer chorando, não [inaudível] medicamento para ele morrer”.

- Você tem algum pedido especial de aniversário? Se tiver, é só pedir. Quer escolher o nome do bebê?
- Não – é a resposta, mais uma vez.

Após alguns segundos, a juíza continua:

- Você acha que o pai do bebê concordaria pra entrega para adoção? – pergunta, se referindo ao estuprador.
- Não sei – diz a menina, em voz baixa.

A audiência com a mãe da vítima segue no mesmo tom. “Hoje, há tecnologia para salvar o bebê. E a gente tem 30 mil casais que querem o bebê, que aceitam o bebê. Essa tristeza de hoje para a senhora e para a sua filha é a felicidade de um casal”, afirma Ribeiro. Ela responde, aos prantos: “É uma felicidade, porque não estão passando o que eu estou”. [GUIMARÃES, DE LARA, DIAS, 2022]

<sup>9</sup> SANTOS, Emily. g1, 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/05/19/homeschoolingentenda-o-que-diz-o-projeto-de-lei-aprovado-pela-camara-sobre-ensino-domiciliar.ghtml> [acesso em 01 jun 2022]

<sup>10</sup> GUIMARÃES, Paula; DE LARA, Bruna; DIAS, Tatiana. ‘SUPORTARIA FICAR MAIS UM POUQUINHO?’ Vídeio: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal. *The Intercept Brasil*, 2022. Disponível em:

<https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/> [acesso em 01 jun 2022]

Quatro dias depois, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu derrubar a decisão que garantia nacionalmente o direito ao aborto legal no país. A partir de então, cada estado poderá decidir se a interrupção da gravidez será legal ou não. Um direito que se pensava já consolidado, visto que há meio século as mulheres interrompem legalmente a gravidez, ruiu.

Finalmente, no dia 25 de junho, uma mulher de 21 anos se viu obrigada a reviver uma série de traumas e abusos por conta do descuido da mídia numa lógica de “vale tudo pelo *clickbait*”. Ao decidir entregar a criança fruto de estupro para adoção, a jovem atriz foi ameaçada por uma enfermeira que compartilhou informações privadas da criança e da mãe com a imprensa. Tabloides compartilharam o sexo, idade e peso do bebê. A jovem atriz, duplamente violada, foi criticada por optar que essa criança seja criada por outra família.

As narrativas recentes mencionadas nesta introdução evidenciam a importância de uma visão mais ampla sobre a criança e a infância, indo além do discurso superficial que apela para a proteção de uma família ideal, que muitas vezes é extremamente violenta com seus membros mais jovens. É perceptível, portanto, que o discurso hegemônico de proteção à criança acaba por proteger apenas aqueles que definem o que é um tipo de infância. Por consequência, o corpo infantil continua a ser violado e sujeito à violência. No segundo capítulo desta dissertação, nos aprofundaremos nas questões levantadas por Michelle Perrot em *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (2020): no século XIX a história da vida privada pode ser interpretada como uma luta dramática entre o pai e o Outro. A autora ainda acrescenta que, segundo esta perspectiva, a sobrevivência do Outro exige a eliminação do estereotípico patriarca.

No primeiro capítulo desta dissertação “Narrar infâncias, narrar meninas — um debate histórico conceitual”, busco entender o que significa ser criança e o que se entende como a caracterização do infantil. Para além disso, procuro entender como as diferentes crianças e infâncias possibilitam distintas precariedades. Enquanto o corpo é um lugar de vulnerabilidade comum a todos os seres humanos, somos atingidos por diferentes precariedades de acordo com como somos vistos por outros: somos mais ou menos humanos? Questiono o que é esse ser humano ideal, normativo, e também como o que foge disso pode ser desumanizado.

Na primeira seção, “Aprende-se a ser, torna-se (ou a narrativa e o gênero)”, pesquiso o porquê de o *Bildungsroman*, o romance de formação, não ter seu arco completo caso figurado pela heroína vitoriana. Proponho ler o romance de formação protagonizado pelas heroínas

brontënianas como um *Bildungsroman* a contrapelo, em um diálogo com Walter Benjamin. Escovando os romances a contrapelo, e não acariciando-os, podemos ler o que está por trás do palimpsesto das narrativas das irmãs Brontë — ao mesmo tempo produtos da cultura a qual estão inseridas e produtoras de novas ideologias.

A seção “Infâncias, crianças e suas precariedades” trabalha com a noção de que a infância é uma construção social influenciada pelo seu contexto sócio-histórico, diferentemente do termo criança, que tem uma conotação mais rígida, ligada a corpo e idade. As altas taxas de mortalidade infantil no passado não banalizavam o enlutamento por essas vidas, pois o encurtamento de uma vida, especialmente de uma criança, não fazia parte da ordem natural das coisas. No século XIX, a família começou a se organizar em torno da criança, que se tornou a face de um movimento cristão moralizante. A preocupação com a pureza e a inocência sexual das crianças é uma visão difundida pela sociedade vitoriana, que também acreditava na pureza das mães e esposas. A idolatria da figura feminina e a manutenção da ignorância infantil contribuíam para a manutenção do poder de quem o detinha. Nesta seção, abordo as ideias de Judith Butler (2014) de ética da responsabilidade e ética da violência.

Em “Educação e trabalho”, marca-se a questão de que a precariedade do sujeito é fundamental para a conquista de direitos, sobretudo para as classes menos favorecidas. A luta pelo direito à vida da classe operária, de crianças e de mulheres não é algo dado, mas um constante processo de conquista em um mundo atravessado por desigualdades e precariedades. Essas precariedades se estendem às infâncias, que nem sempre são marcadas por nostalgia e tranquilidade. As infâncias das heroínas das irmãs Brontë são atravessadas e precarizadas de acordo com questões sociais, econômicas e de gênero. Entende-se que, no contexto vitoriano, a educação das crianças era influenciada tanto pelo gênero quanto pela classe social, sendo que a escolarização era um marcador importante das diferentes infâncias vivenciadas.

No segundo capítulo desta pesquisa, “Infâncias e precariedades em *Jane Eyre*, *Wuthering Heights* e *Agnes Grey*”, busco entender como as questões levantadas no primeiro capítulo podem ser uma lente para a leitura dos romances supracitados.

Na seção “*Outsiders*, sem mãe, sem pátria”, me debruço sobre as questões de orfandade e suas precariedades. Busco entender a relação de Heathcliff e Hindley, mas o foco principal da seção está no entrelace das tramas de *Jane Eyre* e *Adèle Varrens*. Em “Tecido, traje: o entrelaçar

da trama das precariedades”, me pergunto de que forma os objetos — ou a falta deles — contribuem para que possamos entender a precariedade das personagens.

\*\*\*

Peço licença agora para quebrar com a tradição do gênero usual da dissertação. O que está escrito a seguir é parte intrínseca da minha pesquisa, embora não tenha percebido desde o princípio. Ao longo da escrita desta dissertação, entretanto, entendi que a minha questão era ainda mais pessoal. A minha pergunta ia além, mas também ia para dentro. Enquanto eu tentava entender a vulnerabilidade da criança, enquanto lia incansavelmente sobre o luto e me via extremamente sensibilizada por textos e imagens, eu incontornavelmente tentava entender meu irmão, o filho primogênito dos meus pais, Daniel.

Daniel nasceu no dia 15 de setembro de 1995. Dia de Nossa Senhora das Dores, dia especial para uma mãe tão devota de Maria, que por sua vez, também nasceu em dia de (outra) Nossa Senhora. Nossa Senhora das Dores... Das dores do parto, certamente. Recebeu o nome do nosso pai, que também era o nome do nosso avô, que recebera o nome de seu pai. Era um bebê lindo, cheio de dobrinhas e sorrisos. Não chorava (tanto) à noite. Mordia o queixo da mamãe para coçar a gengiva. Gostava de passear no seu carrinho azul esverdeado. Adorava fazer pequenas viagens em família e encontrava seus amigos. Daniel era o sonho de uma mulher que na menarca teve como primeiro pensamento “agora já posso ser mãe”. Uma mulher que teve o corpo transformado em casa, que produziu o alimento do filho e que tinha a certeza de que uma das melhores sensações do mundo era sentir o calor quentinho com cheiro de leite que soprava da boca de seu bebê.

Em uma noite, Daniel começou a ter uma febre muito alta que se estendeu por mais um dia. “Não seja desesperada, você precisa esperar 72 horas, é normal criança ter febre”, disse o pediatra. Setenta e duas horas depois da primeira variação de temperatura, Daniel precisou ser internado. Meningite. Dias depois, Daniel dormiu para não mais acordar.

O corpo do meu irmão foi velado. O corpo do meu irmão foi exumado. Meus pais arrastaram o peso do luto junto ao corpo do neném. Guardaram-no para que fosse enterrado em outro estado, em um jazigo que pertencia à família do meu pai. “Abri a porta do armário onde estava seu irmão

e o cheiro era de rosas”, a voz de minha mãe ressoa em minha mente quando lembro do “milagre” que tantas vezes me foi narrado.

Meus pais carregaram o corpo do meu irmão por mais de mil e cem quilômetros. Carregaram o luto fisicamente. Abandonar a dor de uma vez era impensável, então tiveram de carregá-la um pouco mais durante uma viagem de ônibus do Rio de Janeiro à Ipameri, uma cidadezinha no interior de Goiás. Lá, em uma cidade tão longe, tão pacata, de ar tão fresco e tão puro, estaria seguro e protegido sob os cuidados da falecida bisa Idalina.

Quando minha mãe achou que estava grávida de novo, os médicos ficaram com pena dela. Não seria possível, queria tanto seu bebê, ainda procurava o rostinho redondo de Daniel nos carrinhos de outros bebês. Certamente estaria imaginando coisas, o corpo estava mandando as mensagens que queria ouvir.

Ela estava certa. Nasci no mesmo ano em que ele morreu. Nasci do luto e no luto. Gostaria de convidar o leitor a adentrar nesta pesquisa acompanhado dessa memória. As formações culturais do dito feminino e das divisões de gênero de nossa sociedade engessam emoções e suas expressões. Agora, gostaria de tocar os afetos que são compartilhados por todos nós. Buscar o que há de comum no afeto compartilhado.

## 1 NARRAR INFÂNCIAS, NARRAR MENINAS – UM DEBATE HISTÓRICO CONCEITUAL



*Alfredo Jaar*

Alfredo Jaar (1956-) é um artista chileno que iniciou sua carreira na década de 1970. Na década seguinte, por conta da ditadura de Pinochet, Jaar migrou para os Estados Unidos. Viu-se, então, expatriado, imigrante. Outro. Ao longo de mais de quarenta anos, o artista vem elaborando obras que nos fazem refletir sobre o lugar que a imagem ocupa na sociedade e pensar na imagem como um campo de batalha (ANJOS; JAAR, 2021). O trabalho de Jaar lida com a política das imagens: “como a imagem faz política, como a imagem inclui e exclui, como controla e emancipa” (Idem). Na mostra *exibida* no Sesc Pompeia em 2021, *Lamento das Imagens*, lê-se sobre a obra escolhida como epígrafe deste capítulo:

A frase-imagem do trabalho comunica algo sobre o qual não deveria haver dúvida alguma. Há, contudo, quem ativamente suprima a expressão do pensamento do outro. O estrangeiro, o pobre, o indígena, o negro, a travesti, o louco, tantos outros sujeitos historicamente subalternizados para usufruir por meio desses gestos violentos de ganhos ilegítimos. Daí ser necessário não só lembrar que outras pessoas pensam, mas também combater quem queira negar que essa competência pertença a qualquer um. Afirmar que outras pessoas pensam é confrontar a ideia hegemônica de que o exercício da faculdade da razão é possível somente aos que detêm o poder material do mundo, cabendo aos demais sentimentos considerados inferiores, como a emoção. É combater uma fraude

epistemológica que um dia permitiu a filosofia europeia tornar compatíveis o iluminismo e a escravidão.

Se a máxima descartiana “penso, logo existo” reforça que a única certeza que podemos ter é a de que estamos pensando, e portanto, existindo, a frase da obra de Jaar joga luz na seguinte questão: quem é o “eu” dessa máxima?

Outras pessoas além do “eu” representado pela própria figura do homem ocidental moderno existem. Embora a ideia de Descartes de que “penso, logo existo” enfatize a primazia da razão e da consciência como fontes de conhecimento, em *Problemas de Gênero*, Judith Butler discute a noção de que a pessoa existe pelo agir, pelo corpo, destacando a importância do corpo e da ação como elementos fundamentais na construção da identidade pessoal. Para Butler, a identidade é algo que é continuamente construído e reconstruído através das ações e comportamentos corporais de uma pessoa, em vez de ser uma essência fixa ou determinada pela biologia. Assim, a ideia de que o corpo e a ação são centrais para a existência pessoal em Butler é uma crítica à concepção cartesiana de que a existência pessoal é fundada exclusivamente na razão e na consciência. Em vez disso, a teoria de Butler destaca a importância do corpo e da ação como formas de resistência às normas e expectativas sociais que podem limitar a expressão da identidade pessoal.

Agora, pensemos na primeira palavra da obra. Outras. Para que haja um outro, precisa haver o “um”. Aquele cujo o artigo indefinido daria conta, aquele que é a norma, pois é o significado, ente abstrato que vem à mente ao soar do signo. Ao lermos os significantes OUTRAS PESSOAS que significados vêm à mente? O que não sou eu? O que não é o “eu” descartiano? As mulheres brancas? Os indígenas? A comunidade LGBTQIA+? Os negros? As mulheres negras? As mulheres indígenas? Os não cristãos? Os pobres? As crianças? Todas as comunidades que fogem à máxima da normatividade do “um”? Quem são as OUTRAS PESSOAS que precisam lutar constantemente para que seus pensamentos importem? A que OUTRAS PESSOAS o direito de pensar e narrar a própria história é negado? Quem são as OUTRAS PESSOAS que existem às margens? Em cada contexto histórico-cultural, o Outro terá uma forma diferente. Entretanto, há o “um” que se mantém há séculos imbatível – o homem-branco-cristão-ocidental. Alfredo Jaar afirma: “Todas as obras que crio respondem ao contexto e infelizmente o contexto fica a cada dia mais escuro” (Idem). As obras pesquisadas nesta dissertação são produtos de uma sociedade ao

mesmo tempo que produzem a mesma. Em 1837, dá-se início na Inglaterra ao reinado da Rainha Vitória. Dez anos depois, as irmãs Anne (1820-1849), Charlotte (1816-1855) e Emily Brontë (1818- 1848) publicaram, respectivamente, *Agnes Grey*, *Jane Eyre* e *Wuthering Heights*. Nesses romances, as autoras reconfiguraram algumas das tensões entre gênero, classe e raça de seu tempo em suas complexas personagens infantis. Com base nessas distinções, proponho, a partir da leitura da filósofa contemporânea Judith Butler, pensar as condições de vulnerabilidade nas diversas reconfigurações de infância e criança trazidas pelas obras. Essas diferentes vulnerabilidades, tão marcadas pela crítica feminista, são inscritas pelas Brontë não apenas em suas personagens femininas, mas também em suas personagens-infantis. As infâncias nas obras denunciam diversas precariedades causadas pelo “um”.

Nesta pesquisa, a vulnerabilidade é entendida à luz de *Vida Precária* (2019b). Segundo a distinção proposta por Judith Butler, todas as vidas humanas são marcadas por uma constituição precária, uma vez que são mortais, porém, há circunstâncias em que algumas vidas se tornam ainda mais vulneráveis e expostas à morte, ou seja, mais "matáveis". Algumas vidas não são tão passíveis de luto quanto outras. A autora refina uma ideia formulada por Emmanuel Lévinas, filósofo judeu, acerca da precariedade. Lévinas retoma a história bíblica na qual Moisés recebe os Dez Mandamentos. Para o autor, na prática do primeiro mandamento “não matarás”, há o processo de egologia, ou seja, deixa-se o ego de lado para que se possa reconhecer e compreender o Outro. Quando se enxerga a face do Outro, por se sentir vulnerável, há o desejo de matar, mas a partir do momento em que um sujeito se reconhece no Outro, há o processo de humanização e a percepção de que se eu não me mataria, também não mataria o Outro.

Butler divide essa primeira ideia da precariedade de Lévinas nos conceitos de vida precária e precariedades. Para a autora, a vida precária é uma condição, ou seja, é comum a todos os humanos, entendendo o “corpo enquanto lugar de uma vulnerabilidade humana comum” (BUTLER, 2019b, p. 66). Já a precariedade é uma situação, faz parte de uma conjuntura. A precariedade está sujeita a condições sociais e políticas. Enquanto “certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra [...] [,] outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como ‘passíveis de ser enlutadas’” (BUTLER, 2019b., p. 55).

A distribuição dos diferentes contextos materiais nos quais as personagens crianças ou infantilizadas estão inseridas é um fator que seria, também, decisivo para se entender suas

distintas vulnerabilidades. Para além disso, esses contextos seriam essenciais para se compreender o que seria visto como uma criança no século XIX. A pluralização do termo “infância”, presente no título desta pesquisa, se faz necessária visto que, como pontua a historiadora Ginger Frost, não há um único tipo de criança vitoriana, mas sim diversos desdobramentos de tipos de crianças que viveram nesse período em diferentes situações de infantilização (FROST, 2008) – o que refletirá em suas precariedades.

### 1.1 Aprende-se a ser, torna-se (ou a narrativa e o gênero)

Voltemo-nos agora para as narrativas. Mais especificamente, para os romances. Esses, que trazem os pensamentos de uma autora de determinada época por escrito. Afunilando ainda mais nosso escopo, trataremos do *Bildungsroman*, gênero ou subgênero narrativo de caráter híbrido, que traz a narrativa do comportamento e transformação do herói em face aos eventos vividos no mundo exterior. Walter Benjamin explica em “O Narrador” (1936) que o *Bildungsroman* “não se afasta absolutamente da estrutura fundamental do romance” que, por sua vez, para o filósofo, tem origem no isolamento do indivíduo, o estabelecimento da imprensa, e no conseqüente desaparecimento da tradição oral. “Na riqueza dessa vida e na descrição dessa riqueza, o romance anuncia a profunda perplexidade de quem a vive” (BENJAMIN, 1936, p. 201). O *Bildungsroman* exige uma interferência externa para uma mudança interna, exige uma “integração” da vida social de uma pessoa. Para o *Bildungsroman* acontecer, o protagonista precisa sair da casa para que o mundo exterior o transforme e faça com que amadureça. A questão é que o mundo exterior, a ágora, a vida pública, pertencia aos homens no momento em que o *Bildungsroman* surge.

A tradição da narrativa de formação, também traduzida como “romance de aprendizagem” ou “de desenvolvimento”, teve começo em 1794 a partir da obra de Goethe, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. Cristina Ferreira Pinto remonta às várias possibilidades e finalidades do *Bildungsroman* protagonizado e escrito por homens e questiona o porquê da “quase total ausência da mulher como personagem central” (PINTO, 1990, p. 12) no gênero. A autora remonta às primeiras definições do *Bildungsroman*, entre elas a de François Jost, em que explicita o caráter pedagógico do gênero de formação, o que também é verdadeiro para Benjamin,

que separa o *Bildungsroman* do romance a partir do momento em que “se tentou ocasionalmente incluir no romance algum ensinamento” (BENJAMIN, 1994, p. 201). Ao defini-lo como uma “espécie de viagem espiritual” (JOST, 104 apud PINTO, 1990, p. 10) na qual o menino seria introduzido ao mundo dos **homens** e, mais adiante, explicar a relevância do gênero para uma educação que permita que a criança educasse a si mesma, Jost reforça a ideia de que no *Bildungsroman* o protagonista é um personagem masculino. “Ser **homem**, isso se aprende”<sup>11</sup> (JOST, 114 apud PINTO, 1990, p. 10). Com o *Bildungsroman* aprende-se a ser homem.

Por outro lado, Adrienne Rich, poeta e ensaísta feminista, em “The Temptations of a Motherless Woman” (2001), faz questão de marcar como o que uma autora como Charlotte Brontë escreve não é um *Bildungsroman*, e sim “a história de vida de uma mulher que (...) se sente definitivamente ela mesma” (RICH, 2001, p. 470)<sup>1213</sup>. Sandra M. Gilbert, conhecida por seus trabalhos no campo da crítica literária feminista, teoria feminista e crítica psicanalítica, vai além e propõe, assim como Ferreira Pinto, um *Bildungsroman* feminino distinto no qual os problemas são enfrentados pela protagonista enquanto “ela luta contra o aprisionamento de sua infância e vai em direção ao quase inimaginável objetivo da liberdade (...)” (GILBERT, 2001, p. 484).

É, portanto, seguindo essa linha de raciocínio que Ferreira Pinto irá afirmar que “O ‘mundo exterior’ responsável pela formação do herói do ‘*Bildungsroman*’ seria, no caso da protagonista feminina, os limites do lar e da família, não havendo margem para o seu crescimento interior” (PINTO, 1990, p. 13). Benjamin afirma que

Ao integrar o processo de vida social na vida de uma pessoa, ele [o *Bildungsroman*] justifica de modo extremamente frágil as leis que determinam tal processo. A legitimação dessas leis nada tem a ver com a sua realidade. No romance de formação, é essa insuficiência que está na base da ação. (BENJAMIN, 1994, p. 202)

Entretanto, durante o processo de realização e autodescoberta da personagem feminina o *status quo* seria ameaçado. Como afirma a filósofa francesa Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*: “toda a história das mulheres foi feita pelos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 151). Lembremos agora de narrativas milenares que tratam de mulheres criadas pelo divino e que, em algum momento, têm acesso ao conhecimento exterior – Pandora, Eva e Lilith. Na mitologia

<sup>11</sup> Être **homme**, cela s’apprend.

<sup>12</sup> the life story of a woman (...) [that] feels so unalterably herself.

<sup>13</sup> Todas as traduções não referenciadas na bibliografia são de minha autoria.

grega, Pandora foi criada por Hefesto a mando de Zeus e enviada juntamente a um vaso (ou uma caixa, como descrito em algumas traduções) a Epimeteu, irmão de Prometeu – o titã que roubou o fogo dos céus –, como um presente para que pudesse punir os homens mortais por aceitarem das mãos de Prometeu o fogo que era, até então, de domínio sagrado. Epimeteu tomou Pandora como esposa, embora seu irmão o tivesse alertado para que não aceitasse presentes dos deuses. Pandora, então, por causa de sua extrema curiosidade, liberou do vaso (ou da caixa) todos os males da humanidade.

Na tradição hebraico-cristã, o livro bíblico de Gênesis traz a narrativa da criação do primeiro homem e da primeira mulher: “... Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem, com nossa semelhança [...]. Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou.’” (Gen 1:26-27). No segundo capítulo do livro, após Deus criar uma mulher a partir da costela do primeiro homem, este exclama: “Esta, sim, é osso de meus ossos e carne de minha carne! Ela será chamada 'mulher', porque foi tirada do homem!” (Gen 2:23). A partir do enunciado “esta, sim”, é possível a leitura de que haveria outra. Lilith, segundo tradições como a suméria, hebraica e judaica, seria essa primeira mulher cuja insatisfação a teria feito fugir do jardim divino para o Mar Vermelho. Lilith passa a ser um demônio noturno e sedutor, a terrível deusa mãe. Eva, enquanto isso, vai atrás do conhecimento. “Mas Deus sabe que, no dia em que dele [o fruto proibido] comerdes, vossos olhos se abrirão e vós sereis como deuses, versados no bem e no mal..” (Gen 3:5). A vontade de comer o fruto e, conseqüentemente, de deixar de ser ignorante ao bem e ao mal, tem como consequência castigos, entre eles o sofrimento na gravidez ---

“Multiplicarei as dores de tuas gravidezes, na dor darás à luz filhos” (Gen 3:16), as dores do parto e uma paixão pelo marido a ponto de fazê-lo dominá-la (Id.). As mulheres do século XVII em trabalho de parto rezavam em reconhecimento e aceitação à dor originária do pecado primeiro:

Eu reconheço, ó Senhor, que justamente por nossa transgressão pecaminosa dos teus mandamentos, disseste à primeira mulher, nossa avó Eva, e nela para todos nós [...]. Todas as nossas dores, portanto, que sofremos em nome desta, não são outra coisa, mas uma cruz digna colocada sobre nós por tua ordenança divina.<sup>14</sup> (ADCOCK; READ; ZIOMEK, 2016, p. 12)

---

<sup>14</sup> I acknowledge, O Lord, that justly for our sinful transgression of thy commandments, thou saidst unto the first woman, our grand-mother Eve, and in her to us all [...]. All our pains therefore that we suffer in this behalf, are none other thing, but a worthy cross laid upon us by thy godly ordinance.

A mulher que sai de sua vivência interior e conhece o exterior de maneira a mudá-la irrevogavelmente não seria possível à época de Goethe. Esta seria um perigo para a sociedade, pois no momento em que ela existisse, provando que poderia existir, serviria de exemplo para outras, o que não era interessante para o “um”, aquele que marca a norma. O “um” não seria tão poderoso no momento em que as mulheres pudessem pertencer à vida pública. Sendo assim, a mulher protagonista teria, ao final da narrativa, dois caminhos: ser punida ou se adequar às normas sociais vigentes.

Enquanto no *Bildungsroman* o homem educa a si mesmo, a mulher é marginalizada. Enquanto o homem leitor pode ler o gênero literário para aprender a ser homem, a mulher aprende a ser mulher a partir do momento em que é reprimida por não agir adequadamente como uma mulher. Para Beauvoir, em *O segundo sexo*, a mulher torna-se mulher a partir do momento em que os traços de feminilidade são imputados sobre ela. Como um fato social durkheimiano – ou seja, uma "(...) maneira de agir (...) suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior" (DURKHEIM, 2002, p. 11) – a feminilidade compulsória é percebida especialmente quando não é performada. O descumprimento do fato social pode levar à punição e/ou ridicularização.

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

A partir da leitura do marco da teoria literária feminista, de Sandra M. Gilbert e Susan Kamholtz Gubar, *The Mad Woman in The Attic* (1979), Cristina Ferreira Pinto nos faz atentar para a diferença entre o texto que chama de “Bildungsroman truncado” (PINTO, 1990 p. 17) e o seu subtexto. O trabalho produzido por mulheres esconde, muitas vezes, significados mais obscuros e menos socialmente aceitáveis do que a superfície revela, como um palimpsesto (GILBERT; GUBAR, 2000, p. 73), como será mais profundamente discutido na seção seguinte. A narrativa da época escrita por mulheres precisava guardar em suas entrelinhas revoluções inteiras. Quando as mulheres tomam o *Bildungsroman* para si, há uma denúncia a partir do momento em que esta formação e integração do exterior e interior – essenciais ao gênero literário supracitado – não serão completas.

A literatura feminina se caracteriza também como subversiva ao adaptar ou reescrever temas e enredos tradicionalmente masculinos, invertendo a relação entre personagens, jogando o foco narrativo sobre um aspecto novo, estabelecendo perspectivas incomuns ou oferecendo uma visão alternativa da realidade. Ou seja, a narrativa feminina, numa prática subversiva, apresenta uma revisão da história, escrevendo-a de um ponto de vista marginal. (PINTO, 1990, p. 27)

Vamos então retomar Benjamin, desta vez, na missão de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225). Em “Sobre o conceito de história” (1940), o filósofo propõe uma revisitação da história na qual o objeto de empatia não seja o vencedor. Afinal, “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’” (BENJAMIN, 1994, p. 224). No processo de transmissão da cultura, no processo de transmissão da história, deve-se estar sempre atento para o fato de que

em cada momento, os detentores do poder são os herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores. (...) Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para outro. (Idem)

A autora Virginia Woolf, na obra *Três Guinéus*, ao tentar responder a uma carta na qual um homem a pergunta sobre a possibilidade de se acabar com as guerras, discorre sobre a educação dos homens para a guerra e o papel da mulher na sociedade. Denominando a mulher de classe alta como **filha do homem instruído** e não “mulher burguesa” – pois ser burguês implica “duas características primordiais da burguesia - capital e ambiente” (Woolf, 2020, p. 156), às quais a mulher não tem acesso – Woolf também afirma que a mulher não tem um país (Woolf, 2020., p. 118) uma vez que ao casar com homem de outra nacionalidade será uma estrangeira (Woolf, 2020, p. 117). A lógica de proteção territorial contra a ideia de terror da dominação estrangeira, então, não faria sentido para uma mulher, esta *outsider*. As *Outsiders*, contrariando a lógica masculina e fática do conflito armado, “se recusariam, no caso de guerra, a fabricar munições ou a cuidar dos feridos” (Woolf, 2020, p. 116).

A laureada escritora de literatura fantástica Ursula K. Le Guin, em seu ensaio de 1986, *A teoria da bolsa da ficção*, retoma uma entrada do Glossário escrito no caderno de Virginia Woolf durante a elaboração de *Três Guinéus* na qual ela define o verbete heroísmo como “*botulism*” e herói como “*bottle*”. Apropriando-se do jogo de palavras criado por Woolf, Le Guin propõe a garrafa, “*bottle*”, como herói, e reescreve, então, a história sob a lógica do poder do recipiente. Começa o ensaio sugerindo que o trabalho monótono e rotineiro foi o que verdadeiramente

sustentou as sociedades desde a pré-história, mas a narrativa heroica da caça era uma história mais interessante a ser contada. Dessa forma, contesta o porquê da história de “paus e lanças e espadas, sobre as coisas para esmagar e espetar e bater, as longas coisas duras” (LE GUIN, 2021, p. 19) sempre ter sido aquela contada e conhecida, enquanto a história “[d]a coisa em que se põem as coisas dentro, [...] [do] recipiente para a coisa recebida” (Idem) não é amplamente narrada.

Conseguimos, assim, entrelaçar as ideias de Le Guin, Benjamin e Ferreira Pinto, reforçando a ideia de que essa narrativa típica “da coisa em que se põem as coisas dentro” foi por muito tempo silenciada e/ou impossibilitada.

(“O que Freud tomou erroneamente como a falta de civilização da mulher é, na verdade, sua falta de lealdade à civilização”, observou Lillian Smith). A sociedade, a civilização de que estes teóricos estavam falando, era evidentemente a deles; eles a possuíam, a adoravam; eles eram humanos, inteiramente humanos, batendo, espetando, forçando, matando. Querendo ser humana também, procurei evidências de que o era; mas isso significava fazer uma arma e usá-la para matar, então evidentemente eu era extremamente imperfeita como ser humano, ou não era sequer humana [...] É isso mesmo, disseram eles. O que você é, é uma mulher. Possivelmente nada humana, certamente imperfeita. Agora cale-se enquanto continuamos a contar a Estória da Ascensão do Homem, o Herói. (LE GUIN, 2021, p. 20)

No ensaio “Is gender necessary?” (1979), Ursula K. Le Guin descreve como, em seu romance *A mão esquerda da escuridão* (1976), a escritora faz um exercício narrativo de imaginar como seria uma sociedade sem as marcas de gênero. Assim como Schrödinger colocou um gato em uma caixa como um experimento mental, Le Guin cria o planeta Gethen, onde seus habitantes são andrógenos. “É difícil vermos claramente o que, além da forma e função fisiológica, diferencia homens e mulheres”<sup>15</sup> (LE GUIN, 1992, p. 160). A autora esperava que, ao eliminar as marcas de gênero, poderia encontrar o que era humano em seu estado mais puro. Primeiramente, encontrou a ausência de guerras, o que de certa forma me leva de volta a Virginia Woolf em *Três Guinéus*. Além disso, “ninguém possuía outrem”<sup>16</sup> (LE GUIN, 1992, p. 163), o que significa que não havia escravidão e levava a uma hierarquia social flexível na qual não haveria grande distância entre os mais e menos ricos. Ao longo do ensaio, Le Guin concorda com a crítica de que o que acontece, entretanto, é que o personagem central que a autora narra é, na verdade, um personagem sem marcas do **feminino**. Isto é, erradicando as marcas de feminino, a autora achou que poderia narrar

---

<sup>15</sup> “(...) what, besides purely physiological form and function, truly differentiates men and women” <sup>16</sup> “Nobody owned anybody”.

o neutro, mas acabou sendo lida apenas como masculino. Na gramática da língua portuguesa esse fenômeno também faz muito sentido, uma vez que, na maioria das palavras, o gênero neutro é o que, geralmente, associamos ao masculino das palavras e somente adicionamos a desinência de gênero para indicar feminino. No romance de Le Guin, temos mais uma evidência de que o que entendemos como **gênero masculino** consiste em uma série de práticas que foram preservadas e mantidas pelo grupo de vencedores, pelo grupo de heróis que contam a história. As organizadoras da obra *O gênero nas ciências sociais. Leituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour*, por sua vez, nos chamam a atenção para o conceito de *normâles*, um trocadilho com as palavras francesas *normales* (normais) e *mâles* (masculinos), que se assemelham assustadoramente. O *normâles*, ou o “normacho” – ou seja, as normas e o ser masculino que coincidem –, excluem o que está de fora (CHABAUD-RYCHTER; DESCOUTURES; DEVREUX; VARIKAS; 2014).<sup>16</sup>

Para dar conta dessa norma que nem marcada discursivamente precisa ser, uma vez que não é necessário marcar e distinguir o que já é a norma, como descrito nos exemplos acima, a antropóloga argentina Rita Segato coloca a questão nos seguintes termos:

A concretude do primeiro transforma-se na abstração de “homem” como posição universal, em que a brancura de sua representação se confunde com a alegada ausência de predicados específicos; e a particularidade do segundo, o *outro*, transforma-se na abstração do elemento racial, que o branco do não branco, “negro”, como signo e estigma por afrodescendente ou indígena. (SEGATO, 2021, p. 28)

Uma vez que o gênero “neutro”, não marcado, é o masculino, vale pensar o que significa marcar um romance pela narrativa de uma mulher, escrito por uma mulher. Enquanto ao homem é ensinado o que ele deve ser e o que dele se deve esperar no *Bildungsroman*, à mulher é imputada uma série de normas não ditas que devem ser assimiladas, caso contrário será punida, segregada, destituída de humanidade. Proponho, então, uma leitura benjaminiana do *Bildungsroman* feminino: o *Bildungsroman* a contrapelo.

Ao longo da Idade Média, a prática de raspar um pergaminho a fim de que o texto nele inserido fosse apagado, possibilitando, assim, a reutilização do papel, era comum. O palimpsesto

---

<sup>16</sup> Procurei ao longo deste parágrafo retomar e expandir as questões levantadas pela teórica dos estudos culturais e *drag queen* Rita Von Hunty em seu vídeo-ensaio “Gênero, poder e narrativa”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SyRhrAlZwZU&t=1185s&ab\\_channel=TemperoDrag](https://www.youtube.com/watch?v=SyRhrAlZwZU&t=1185s&ab_channel=TemperoDrag) [Acesso em: 21 abril 2023]

surgia. Um texto escrito sobre outro. Que outras histórias estão escondidas por trás das letras impressas nos romances escritos por mulheres? À medida em que as mulheres foram conquistando algum espaço na produção cultural, suas vozes passaram a se sobrepor às vozes dominantes, criando um complexo emaranhado de perspectivas e significados. Ler o *Bildungsroman* a contrapelo é ver como um trabalho produzido por uma mulher pode ser transgressor mesmo enquanto está dentro de limites impostos pela sociedade patriarcal. A publicação de romances escritos por mulheres acompanhando a trajetória de (r)evolução de uma protagonista feminina requer então que essas autoras concomitantemente conformem e subvertam a lógica patriarcal. São tanto produtos como produtores de uma cultura vigente.

Maria Conceição Monteiro, professora e autora do livro *Sombra errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX* (2000), costuma fazer a seguinte provocação nas aulas das disciplinas que ministra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro: ao ler certos romances da era vitoriana devemos “rasgar a última página”. O que aconteceria se tirássemos do romance vitoriano os trajes que vestiam para que se adequassem à época? O que sobraria desse romance desnudado? O que encontraríamos antes desse palimpsesto ser rasgado?

Monteiro, afirma que “[...] o texto vale menos pelo desfecho e mais pelas implicações ideológicas desveladas ao longo do processo narrativo: as implicações do casamento vitoriano no meio do século XIX” (MONTEIRO, 2009, p. 101). A afirmação supracitada refere-se especificamente ao romance sensacionalista *East Lynne*, mas poderia ser também verdadeira ao se referir a diversas outras obras. Nesta pesquisa, o texto do *Bildungsroman* a contrapelo requer o entendimento de que o desfecho dos romances estudados não pode ofuscar as denúncias dos tantos problemas da sociedade vitoriana.

Se no romance de formação feminino a revolução interior causada pelo conhecimento do exterior não se confirma — uma vez que a protagonista acaba por se conformar às normas sociais ou por ser punida —, ao rasgar a última página nada disso aconteceria e a formação da heroína seria completa. A imaginação do leitor completaria o romance no auge das descobertas da protagonista acerca do próprio *eu*. Ficamos aqui, então, com mais um experimento mental: rasguemos a última página e o *Bildungsroman* de nossa heroína seria possível, completo; fiquemos com a última página e lemos um produto de uma época sendo escrito de forma que fosse publicável. A leitura do *Bildungsroman* a contrapelo procura escavar as camadas escondidas do palimpsesto.

## 1.2 Infâncias, crianças e suas precariedades

Em *Centuries of Childhood: A Social History of Family Life* (1962), o historiador Phillipe Ariès pesquisa como a maneira com a qual adultos se relacionavam com crianças mudou diversas vezes ao longo da história. A partir do estudo de representações artísticas, Ariès constrói o modo em que os conceitos de *criança* e *infância* passaram a ser gradativamente ideias quase indissociáveis. Enquanto o termo *criança* implica noções mais rígidas como corpo e idade, *infância* é uma construção social que será influenciada pelos respectivos contextos sócio-históricos.

Segundo Ariès, a partir do século XIV, com a representação pictórica de anjos, sem diferenciação de sexo, percebe-se o começo da diferenciação artística da criança e do adulto, não sendo a criança mais representada apenas como um adulto de proporções menores. Já nos séculos seguintes, XVI e XVII, tal diferenciação é consolidada, marcada por um agir, de fato, diferenciado em relação à criança, principalmente por parte das camadas mais altas da sociedade, em especial no que se refere ao sentimento de infância. As crianças, então, passam a ser compreendidas como ingênuas e puras conforme a construção de infância adotada. Já a partir do século XVIII, o sentimento de infância na sociedade ocidental é marcado também pela preocupação com a disciplina e com a higiene e a saúde física.

Na peça shakespeariana *Ricardo III*, escrita no final do século XVI, há um claro pesar diferenciado ao se tratar da morte das crianças assassinadas a mando do tio na Torre de Londres. Na segunda cena do quarto ato, Ricardo manda Tyrrel, um servo seu, “matar dois inimigos de uma vez” (SHAKESPEARE, 2013, IV, II, p. 119). O que se percebe na cena seguinte é que o assassino não foi capaz de executar sua missão, designando-a a outros dois “cães sanguinários” (SHAKESPEARE, 2013, IV, II, p. 122), Forrest e Dighton. Ainda assim, o pesar está patente:

Consumou-se a sangrenta tirania,  
O massacre mais torpe, o assassinato Mais covarde já feito nesta terra.  
Dighton e Forrest, a quem subornei  
Para cumprir tal ato desumano,  
Conquanto sejam vis cães sanguinários, Deixaram-se tomar de compaixão, E choravam  
contando a triste história.  
Disse Dighton: “Já dormiam as crianças”;

“Unidas”, Forrest diz, “em mútuo abraço Dos seus marmóreos braços inocentes. Seus lábios eram, juntos, quatro rosas, Que no auge da beleza se beijavam. No travesseiro, um livro de orações, O que quase me fez mudar de ideia. Mas o demônio” – aqui calou-se Forrest –  
 E Dighton terminou: “Aniquilamos O mais belo labor da natureza Jamais visto depois da criação.”  
 Retiraram-se então com seus remorsos; Nem podiam falar. E então deixei-os, Para dar a notícia ao rei sangrento.  
 (SHAKESPEARE, III, p. 122-123)

As crianças escritas no século XVI por Shakespeare são passíveis de enlutamento, sinal tanto de precariedade dessa vida Outra quanto do processo de humanização da mesma. As altas taxas de mortalidade infantil não necessariamente banalizavam o enlutamento por essas vidas, como podemos ver no sentimento de pesar tão presente nos poemas de Lady Mary Carey, escritos entre 1647-57, abordando o assunto de seus filhos mortos, bem como o aborto que sofrera. Seus textos fazem uma tentativa de compreensão do luto vivido. Embora possam ser interpretados de maneira tal que a morte de seus filhos seja fruto da providência divina, fazendo com que gradualmente o eu-lírico possa se libertar de qualquer preocupação mundana e material e, assim, fortalecendo o eu-lírico no mundo espiritual (ADCOCK; READ; ZIOMEK, 2016, p. 22), ao mesmo tempo, seus poemas não deixam de questionar diretamente a Deus o motivo d’Ele tê-la punido com tamanha dor, como se lê em “Upon Ye Sight Of My Abortive Birth Ye 31th: Of December 1657”:

I only now desire of my sweet God the reason why he tooke in hand his rodd?  
 [...]  
 Thou often dost present me with dead frute; Why should not my returns, thy presents sute:

Dead dutys; prayers; praises thou dost bring, affections dead; dead hart in every thinge

Anne Bradstreet (1612-1672) engravidou oito vezes e em todas as gestações corria um alto risco, uma vez que sofreu com febre tifoide quando criança e não escapou das sequelas. Em “In Reference to Her Children, 23 June 1959”, descreve seus filhos como pássaros em um ninho:

[...]  
 Chief of the Brood then took his flight To Regions far and left me quite. My mournful chirps I after send Till he return, or I do end.  
 Leave not thy nest, thy Dame and Sire, Fly back and sing amidst this Quire. My second bird did take her flight And with her mate flew out of sight.  
 [...]  
 I have a third of colour white

On whom I plac'd no small delight, Coupled with mate loving and true, Hath also bid  
her Dame adieu.

[...]

O would, my young, ye saw my breast And knew what thoughts there sadly rest. Great  
was my pain when I you bred, Great was my care when I you fed.

Long did I keep you soft and warm And with my wings kept off all harm.

My cares are more, and fears, than ever, My throbs such now as 'fore were never.

Bradstreet escreve sobre seu enlutamento não só em relação aos seus filhos, mas também à sua neta. Em “In Memory of My Dear Grandchild Elizabeth Bradstreet, Who Deceased August, 1665 Being a Year and a Half Old” o eu-lírico dá adeus à neta, “pleasure of mine eye”, e na segunda estrofe escreve os versos: “By nature trees do rot when they are grown. / And plums and apples thoroughly ripe do fall, / And corn and grass are in their season mown,” deixando espaço para a leitura de que o encurtamento de uma vida, a morte de uma criança, não faz parte da ordem natural das coisas; o ciclo de vida é incompleto, subitamente interrompido. Apenas no último verso do poema, Deus é mencionado: “*Is by His hand alone that guides nature and fate*”, o que deixa margem para a compreensão de um sentimento ambíguo – aceitação ou revolta? – acerca da força divina.

No século XIX, finalmente, a família não iria apenas estabelecer laços de honra e propriedade entre pais e filhos, mas também começaria a ser organizada em volta da criança. A criança se tornou, então, a face de um movimento cristão moralizante e a família passaria a estabelecer uma cumplicidade sentimental entre seus membros. Assim, a ideia de infância

nasceu nas classes médias e foi marcada por um duplo modo de ver as crianças, pela contradição entre moralizar (treinar, conduzir, controlar a criança) e paparicar (achá-la engraçadinha, ingênua, pura, querer mantê-la como criança). A miséria das populações infantis naquela época e o trabalho escravo e opressor desde o início da revolução industrial condenavam-nas a não ser crianças: meninos trabalhavam nas fábricas, nas minas de carvão, nas ruas. (KRAMER, 2007, p. 15)

Em *Victorian Sexual Morality* (1970), escrito pelo professor Russell M. Goldfarb, mulheres e crianças da era Vitoriana são colocadas como pares no tocante à repressão e ignorância quanto às questões sexuais — lembrando aqui que, dependendo de sua classe social, uma mulher não casada aos 18 anos, como Agnes Grey, era considerada criança na Inglaterra vitoriana, visto que uma marca do ser infantil era a sua não-sexualidade (ARIÈS, 1963, p. 119) e meninas permaneciam em casa como “crianças” até que se casassem, o que poderia ocorrer por volta dos vinte anos ou até mais tarde (FROST, 2008, loc 473-475). Após a leitura crítica de *The*

*Functions and Disorders of the Reproductive Organs*, escrito pelo dr. William Acton em 1857, Goldfarb entende que:

A principal preocupação de Dr. Acton é acreditar que as crianças são sexualmente puras e inocentes. A mesma preocupação com a pureza e a inocência colore sua visão da matrona vitoriana: “As melhores mães. Esposas e gerentes do ambiente familiar sabem pouco ou nada sobre as indulgências sexuais. Amor ao lar, filhos e aos deveres domésticos, são as únicas paixões que sentem’. [...] Os vitorianos queriam desesperadamente acreditar que suas esposas e mães eram sexualmente puras e então colocaram as mulheres em um pedestal imponente para melhor idolatrá-las; no pedestal, as mulheres serviam como lembretes constantes de que a sociedade as queria isoladas. (GOLDFARB, 1970, p. 4041)

Na escrita da narrativa das (im)possibilidades da mulher, a vulnerabilidade é perene. Essa afirmativa é restritiva, a mulher não se desenvolve plenamente – sua narrativa termina com ela casada ou morta, não havendo espaço para desenvolvimento interior, pois deve sentir-se completa apenas na situação da realização familiar. “A integração pessoal e a integração social são incompatíveis para a protagonista do ‘romance de aprendizagem’ tradicional” (PINTO, 1990, p. 16).

Uma vez que “mulheres em uma sociedade patriarcal são crianças sem mãe” (RICH, 2001, p. 470) e “viver nesta ordem social é ser um órfão” (EAGLETON, 2005b, p. 91), Charlotte e Emily colocam a narrativa da criança órfã vulnerável como espelho para a narrativa da mulher vulnerável com Jane, Hareton, Catherine Linton e Heathcliff. Segundo Butler (2014), a criação de laços com uma criança é essencial para sua sobrevivência, mas mesmo que esses laços sejam estabelecidos, ainda pode haver outras ameaças à sua vida. Por isso, a questão do apoio primário à vulnerabilidade primária é uma questão ética tanto para a criança quanto para a infância. No entanto, Butler argumenta que há implicações éticas mais amplas nessa situação que vão além do mundo adulto e se estendem à esfera política.

O filósofo francês Michel Foucault nos atenta em “Nós, vitorianos” para como o processo de manter a criança silenciada e ignorante colabora para a manutenção do poder de quem o detém. A microfísica do poder de Foucault entende que, ao pensar o poder, é preciso olhar para o sujeito que também está sendo construído por esses poderes, assim como é necessário olhar para as instituições que estão construindo esses sujeitos — escolas, igrejas, Estado, etc — e, finalmente, entender os sujeitos que estão construindo as instituições que constroem outros

sujeitos. O poder, para Foucault, então, está a todo tempo sendo movimentado e também está em constante disputa.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer nem para ver, nem para saber. Assim, marcharia com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos no do lucro. (FOUCAULT, 2014, p. 8)

Terry Eagleton, professor de literatura e crítico de cultura, por sua vez, teme que, diante da ideia foucaultiana de que o poder está em toda parte e de que o conceito de ideologia possa ser abandonado porque este teria sido esvaziado, perca-se também a força associada a esse último conceito, força que “reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são”. (EAGLETON, 1997, p. 21). Enquanto Raymond Williams, professor de Eagleton, entende o poder como alocado nas instituições, Foucault pensa em como o poder está também nas interações. Eagleton entende a ideologia como um sistema no qual **já** estamos inseridos, mas que engloba um ponto cego, como explica na comparação bem-humorada: “A ideologia, como o mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem” ((EAGLETON, 1997, p. 16). Eagleton em diálogo com Williams procura mostrar como é difícil a tarefa reflexiva do sujeito com relação à maneira como a ideologia o formou enquanto membro da sociedade à sua volta. Neste estudo, compreender as ideologias no contexto oitocentista para além das meras relações de poder se torna fundamental.

Nas personagens crianças dos três romances comentados ao longo desta dissertação, as irmãs Brontë marcam precariedades de maneiras distintas. A intervenção filosófica do pensamento de Judith Butler (2019b) acerca do seu conceito de vida precária forma uma das principais premissas desta pesquisa. Para Butler, todos os seres humanos partilham de uma vida precária comum, a partir do momento que somos todos “matáveis”, mas, por outro lado, a distribuição desigual da materialidade dessas precariedades na sociedade opera como principal fator de nuance quando buscamos compreender a vulnerabilidade constitutiva do ser humano em um contexto no qual algumas vidas são menos passíveis de luto do que outras, portanto, mais

“matáveis”. Contrastando as vidas das crianças nos romances das Brontë, vemos a denúncia de opressões de um sistema que exclui tudo o que não é tido como padrão. A criança é o Outro vulnerável que todos já foram, mas em algum momento esquecem, recalcam e idealizam nostalgicamente. Os adultos, que um dia já foram crianças vulneráveis, podem perpetuar o ciclo de reprodução de opressões que um dia sofreram na pele.

Entendemos, então, sob a ótica de Butler, como o corpo abarca materialmente os processos de identidade e precarização que podem tanto humanizar quanto desumanizar o Outro a partir do reconhecimento – ou seja, a partir do momento discursivo, da fala, do relato – de sua situação precária.

A estrutura de endereçamento é importante para entendermos como a autoridade moral é introduzida e sustentada, se aceitarmos não apenas que nos endereçamos a outros quando falamos, mas que de alguma forma chegamos a existir, por assim dizer, no momento em que estamos sendo endereçados, e algo sobre nossa existência se mostra precário quando esse endereçamento falha. (BUTLER, 2019b, p. 158)

A autora, recuperando o filósofo Lévinas, entende que há uma parte desse corpo que é especialmente importante para esse processo de reconhecimento do outro: o rosto. O rosto é, então, discurso. São os rostos que negociam a existência, a identificação com o Outro não é feita apenas no momento da interação, mas também no reconhecimento ou não do humano por trás do rosto. Uma vez que o rosto não é reconhecido surge espaço para a ética da violência: há uma autorização para que o Outro desumanizado seja violentado e até morto em nome de uma concepção de vida a ser protegida. Por outro lado, o reconhecimento do rosto e a humanização do mesmo desencadeiam uma ética da responsabilidade. A natureza da articulação entre o poder e o conhecimento, bem como a forma como tal articulação se traduz no nível do discurso político são condições às quais o valor concedido à vida de determinadas populações está submetido. A condição de uma vulnerabilidade produzida no cerne de uma conjuntura política é o que faz emergir uma precariedade.

Uma vez que, para a autora, as precariedades são formulações de discurso constantemente em disputa e que uma grande parte desse discurso seria veiculado pela mídia – entendendo mídia como qualquer narrativa circulada em uma sociedade – tratarei os romances objetos de análise dessa dissertação como veículos de mídia que difundem um regime de verdade foucaultiana, ou seja, que vêm a trabalhar com discursos cujo o sentido não é necessariamente verdadeiro, mas em

que a verdade seria efeito de determinadas negociações. No regime da verdade de Foucault, a verdade é produzida concomitantemente **pelo** discurso e **no** discurso. Quando determinada ideia é posta como verdade, o resultado é o efeito de verdade.

Além disso, quando Butler lê Foucault nos ensaios coletados em *A Vida Psíquica do Poder*, ela retoma a ambivalência do termo assujeitamento. Por um lado, sujeição à norma, de modo que se possa ser reconhecido socialmente, por outro, processo de subjetivação, compreendendo que há limites estabelecidos por essa norma para que certas identidades nunca sejam contempladas integralmente pelo discurso. Butler desenvolve a tese de que o sujeito da precariedade precisa se afirmar precário e acreditar que sempre foi e sempre será assim para que o processo e a situação de precarização possam ser mantidos pelo sistema. O sujeito precarizado se reconhece como tal porque assim é reconhecido pelo discurso normativo:

Quando dizemos que toda criança é vulnerável, isso é claramente verdade; mas é verdade, em parte, precisamente porque o ato do anúncio encena o próprio reconhecimento da vulnerabilidade e mostra, portanto, a importância do próprio reconhecimento de sustentar a vulnerabilidade. (BUTLER, 2019b, p. 65)

Os romances das irmãs de Haworth marcam a vulnerabilidade e precariedade de suas crianças discursivamente, assunto que explorarei a seguir.

### 1.3 Infâncias precárias: a imagem e a narrativa

Um exemplo de como a vulnerabilidade da criança é verdadeira, discursivamente reconhecida e sustentada, encontra-se nas reportagens “Sketches in the West of Ireland”, escritas em 1847 por James Mahony, na qual a condição miserável dos irlandeses vítimas da Grande Fome Irlandesa da Batata é reportada. Entre os anos de 1845 e 1850, um fungo se alastrou pelas plantações de batata e as safras improdutivas desencadearam não só a falta de um alimento que fazia parte da base da dieta nacional como também o não pagamento dos camponeses que trabalhavam nas plantações. Como consequência, vários irlandeses sofreram com desnutrição e se viram obrigados a migrar para outras regiões em busca de alimento. Uma vez que os irlandeses católicos eram proibidos de adquirir terras pelo governo britânico, muitos desses arrendatários foram forçados a deixar seus lares já que não eram pagos por seu trabalho e, desta forma, não

conseguiam pagar seus aluguéis. O imperialismo inglês colaborava para a situação de precariedade, visto que as terras eram dominadas pelos ingleses e para eles deveria ser pago 80% da produção do que era cultivado. Mahony relata situações extremamente precárias e tocantes para que o povo inglês pudesse estar ciente da tragédia irlandesa.

Figura 1 - *Woman Begging at Clonakilty*



BEGGING AT CLONAKILTY.

Legenda: *The Illustrated London News* (February 13, 1847)  
Fonte: MAHONY, 2003a, p. 305.

Um dos primeiros relatos de situação de precariedade em seu texto é justamente o de uma mãe carregando o filho morto em seus braços pedindo dinheiro para que pudesse enterrá-lo dignamente (MAHONY, 2003a, p. 306). A dor inenarrável e avassaladora da perda de um filho, especialmente quando este é ainda criança, é inegável. A compaixão e empatia, nesses casos, são mais facilmente alcançadas. Aqui podemos fazer uma ponte com o capítulo “The crime of Medea”, no livro *Horrorism* de Adriana Cavarero (2009). No final deste capítulo, a autora relembra o bombardeio a Hamburgo em 1943:

Entre os sobreviventes, cercados por “aglomerados de carne e osso, ou por montes de corpos inteiros”, havia uma mulher que conseguiu entrar no trem, carregando uma mala consigo. A mala, entretanto, não continha joias, ou roupas, mas sim o corpo de um bebê,

seu filho. (...) “várias mulheres traziam crianças mortas em sua bagagem, crianças que sufocaram com a fumaça ou morreram de outra maneira durante o ataque aéreo”. (CAVARERO, 2009, p. 28)

A imagem do arrastamento quase infindável do luto de uma mãe que perde uma criança é de força ímpar. A mãe enlutada torna-se a personificação da face da dor. Na face dessa mãe outra, vemos um rosto tão vulnerável e, conseqüentemente, tão humano.

A série de reportagens “Sketches of the West Ireland” foi escrita por um britânico para o público inglês e publicada no *The Illustrated London News*. Devemos ter em mente que a desumanização e exploração do povo irlandês pelos ingleses perpassa diversos registros históricos desde antes do século XIX e marca o imperialismo inglês. Em 1366, a Lei de Proscrição, numa tentativa do governo britânico de forçar a assimilação cultural dos irlandeses, proibia a cultura irlandesa e a língua gaélica. Durante o século XVII, o governo britânico estabeleceu o Plantation System na Irlanda. Este sistema foi uma política de colonização forçada, que expulsou os proprietários de terras irlandeses e trouxe colonos protestantes da Inglaterra e da Escócia. Isso resultou na perda de terras, cultura e identidade dos irlandeses. Já no século XVIII, o governo britânico impôs a Lei do Tithe, que obrigava os irlandeses católicos a pagar 10% de sua renda para a Igreja Anglicana, que era a Igreja oficial do Estado.

Na Inglaterra oitocentista, rebaixar os irlandeses a primatas era prática comum, que foi, inclusive, exportada para os Estados Unidos, como podemos ver nas imagens a seguir. Na figura 2, a mulher estadunidense é retratada com feições delicadas, cintura fina e sapatos (muito) pequenos. Parece estar sendo apertada por um espartilho, seu cabelo está cuidadosamente penteado, tem uma expressão de medo no rosto e suas mãos juntas suplicam para que sua criada irlandesa siga a cumprir suas tarefas. A mulher irlandesa é grande, tem sapatos brutos, vestido solto com mangas arregaçadas e balança o punho desafiando as ordens da patroa.

Figura 2 - *The Irish declaration of independence that we are all familiar with.*



Fonte: OPPER, 1883.

Figura 3 - *St. Patrick's Day 1867*



Fonte: NAST, 1867.

Já na figura 3, os rostos de irlandeses são caracterizados como rostos de primatas. O contraste entre as representações de irlandeses pelos ingleses ilustradas acima e a narrada pela reportagem é evidente. Ao começar a reportagem trazendo o relato de um bebê morto nos braços da mãe e logo em seguida narrando as dificuldades de uma menina e um menino famintos revirando o solo em busca de batatas (MAHONY, 2003b, p. 312), Mahony escolhe por retratar a humanidade irlandesa. A criança, o vulnerável comum a todos, resgata o que há de humano no leitor inglês.

Figura 4 - *Boy and Girl at Cahera*

Fonte: MAHONY, 2003b, p. 312

Butler e Cavarero pensam o recém-nascido como este sujeito de máxima vulnerabilidade que todos um dia igualmente já foram. A mesma mão que pode afagar o recém-nascido, que dele pode cuidar, também pode violentá-lo sem qualquer resistência, recupera Cavarero baseando-se na história bíblica do sacrifício de Isaac, na qual Abraão pode escolher matá-lo ou não. Em nossos primeiros dias, todos fomos expostos ao outro, “irremediavelmente abertos à agressão e ao cuidado” (CAVARERO, 2009, p. 30). Para a filósofa italiana, o recém-nascido não só é vulnerável, mas “*helpless*” (idem), desamparado, ou seja, não tem qualquer possibilidade de se defender. Enquanto todos os corpos humanos são vulneráveis, a experiência de *helplessness*, o desamparo radical, será uma experiência universal, comum a todos, apenas nos primeiros dias de vida. A partir de então, passada a situação de vulnerabilidade inicial do ser humano nos primeiros momentos de vida, a ideia de *helplessness* de Cavarero depende do momento histórico-cultural no qual o corpo está inserido, assim como a ideia de precariedade de Butler.

Nos exemplos supracitados, podemos identificar a violência ética e a ética da responsabilidade de Butler. A violência ética é utilizada como justificativa para que corpos sejam violentados. Há um processo de desumanização de certo grupo social, fazendo com que esses corpos sejam dispensáveis, matáveis. Já a ética da responsabilidade reivindica a humanização desses corpos desumanizados, precarizados. Isso faz com que haja a tendência de se fabricar formas de proteção para este outro vulnerável. Ao retratar as crianças irlandesas de modo a gerar comoção no leitor, provocando-o a resgatar a humanidade no outro irlandês, criança e adulto, observamos exemplos de tentativa do estabelecimento de uma responsabilidade ética discursivamente construída pela mídia inglesa, como vemos nas figuras 1 e 4. Ao animalizar irlandeses, como nas figuras 2 e 3, podemos entender um meio de se manter o discurso que colabora na formação da ética da violência.

Aqui, os corpos de crianças e bebês irlandeses são mais humanizados do que os corpos dos adultos. Os textos de Mahory trazem os relatos dos corpos infantis como recursos humanizadores, algo que gere a empatia do público leitor inglês para com a crise irlandesa. Vale lembrar que esse recurso de retratar corpos de crianças em meio a crises de maneira a humanizar o povo que as vivem é utilizado até hoje.

Em “Pequena história da fotografia”, Walter Benjamin explora a fotografia como reveladora do inconsciente óptico (1987, p. 94). “A natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar, é outra, especialmente porque substitui a um espaço conscientemente trabalhado pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente” (Idem). Já Bourdieu pensa a fotografia como forma de arte ao argumentar que mesmo com o automatismo da câmera, a escolha ativa do fotógrafo que vai de observador da cena fotografada a autor da composição fotográfica deve ser considerada. Recorrendo a Nietzsche, Bourdieu discorre,

“O artista escolhe seus temas. É a sua forma de elogio.” Por ser “uma escolha que elogia” e por se esforçar a capturar, ou seja, solenizar e imortalizar, a fotografia não pode ser entregue à aleatoriedade da imaginação do indivíduo e, via a mediação do *ethos*, à internalização do objetivo e das regularidades comuns, o grupo coloca essa prática sob sua regra coletiva, de forma que a mais trivial fotografia expresse, fora a explícita intenção do fotógrafo, o sistema de esquemas de percepções, pensamentos e apreciação de todo um grupo. (BOURDIEU, 1998, p. 6)

Fotógrafos têm o poder de observar uma realidade e enquadrá-la a seus moldes. São também narradores e a narrativa não é imparcial. *Migrant Mother, Nipomo, California, 1936* de Dorothea Lange tem como legenda “Coletores de ervilhas destituídos. Mãe de sete filhos. Trinta e

dois anos”. A imagem que associamos quase imediatamente à Grande Depressão nos Estados Unidos foi tão reproduzida e divulgada que Lange, anos depois, afirmou que não pertencia mais a ela, mas sim ao público. A fotógrafa trabalhava para o governo em um projeto de documentar os efeitos da Depressão para conscientizar a população estadunidense acerca das dificuldades enfrentadas pela população. Sua contratação se deu após um trabalho, que fazia de forma autônoma em seu estúdio desde 1919, no qual fotografava o gradativo aumento nas filas que pessoas em situação de vulnerabilidade formavam para buscar comida doada.

Figura 5 - *Migrant Mother, Nipomo, California, 1936*



Fonte: LANGE, 1996, p. 152.

Em 1960, Lange falou pela primeira vez sobre sua obra-prima. Em primeira pessoa, ela relata sua versão do que ocorreu no dia em que fotografou Florence Owens Thompson, a mãe migrante. A fotógrafa descreve que a mulher “desesperada” e “faminta” (LANGE, 1996, p. 152) a atraiu como um ímã. Florence teria dito sua idade e a situação na qual estava vivendo. A família se alimentava de legumes congelados e pássaros que as crianças matavam. Florence teria vendido

os pneus do carro para comprar comida. Além disso, Lange afirmou sentir que Florence teria compreendido que, de alguma forma, a fotografia a ajudaria e, assim, Florence ajudou Lange.

“There was a sort of equality about it” (Idem).

Para o etnólogo Sébastien Darbon, a imagem seria um suporte para o discurso uma vez que o sentido desta teria de ser construído discursivamente (2005, p. 103). Segundo o mesmo, “toda descrição, seja ela de uma realidade ou de uma imagem, já é uma interpretação” (2005, p. 104). O retrato de Florence junto a seus filhos foi amplamente reproduzido. A mãe migrante tem junto de si seus três filhos. Um observador pode ficar tão compenetrado no desvendar de sua expressão que este pode demorar para notar o bebê de rosto sujo adormecido. A imagem foi reproduzida e publicada por diversos jornais e revistas da época, mas também segue ilustrando capas de livros sobre este momento histórico dos Estados Unidos. O fato de ser uma imagem de domínio público, por fazer parte do trabalho de Lange para o governo, colaborou e continua colaborando para que esse fenômeno ocorra. Entretanto, várias outras imagens de mães acampadas com seus filhos nos campos foram capturadas por fotógrafos da época, inclusive pela própria Lange. Apesar disso, foi a imagem de Florence e seus filhos que fez com que dez mil quilos de comida fossem doados<sup>17</sup> como efeito imediato à recepção da imagem.

Mais de quarenta anos após a cena ser capturada e estampada em diversas mídias, Florence reivindica sua identidade. O documentarista Geoffrey Dunn organizou os eventos sob a perspectiva da família Owens-Thompson no artigo *Photographic license*. Lê-se que, em uma de suas aparições, Florence diz que “a foto pode, muito bem, ter salvo a vida de algumas pessoas, mas posso dizer, com certeza, que não salvou a nossa”, afirmou Florence Thompson. A declaração foi dada após uma exposição com os trabalhos de Lange na qual a curadora Sandra Phillips argumentou que o trabalho de Lange muito provavelmente salvou Florence. A bebê que aparece nos braços de Thompson, Norma Rydlewiski, afirma, anos mais tarde, que sua mãe “era uma mulher que amava viver, amava os filhos. (...) Quando vejo essa foto da mamãe, me entristeço. Não é assim que eu gosto de lembrar dela”.

---

<sup>17</sup> *DOROTHEA Lange + Migrant Mother. The Kennedy Centre*. C2021. Disponível em <<https://www.kennedycenter.org/education/resources-for-educators/classroom-resources/media-and-interactive-media/mediaarts/dorothea-lange-migrant--mother/>> Acesso em: 25 de out. de 2021

Florence Owens Thompson, a mãe migrante, era, na verdade, uma mulher Cherokee, parte do povo originário estadunidense. Além disso, ela e sua família não trabalhavam nos campos colhendo ervilha. No dia de seu encontro com Lange, o carro havia quebrado e a família improvisou uma tenda perto do acampamento dos colhedores de ervilha. Lange, em seu relato de 1960, lembra de não ter perguntado o nome de Thompson e o que fazia ali. “Eu sabia que havia capturado a essência da minha tarefa” (LANGE, 1960, p. 152).

“Uma imagem não nos fala do mundo, só a linguagem articulada pode fazê-lo. Uma imagem não possui um sentido que lhe seja inerente, pois o sentido de uma imagem se constrói” (DARBON, 2004, p. 100). A imagem que Lange viu em 1932 e julgou ser perfeita para o trabalho que deveria cumprir para o governo foi capturada, juntamente com a essência da família de Florence, e recebida por um público global e multigeracional.

“Nenhum de nós compreendia como a foto de mamãe impactava as pessoas, acho que olhávamos apenas pela nossa perspectiva. Para mamãe e para nós, a foto sempre foi uma espécie de maldição. Depois de todas essas cartas, creio nos ter dado um senso de orgulho”, disseram seus filhos. Florence e sua família receberam duas mil cartas e doações em dinheiro depois de a família se pronunciar sobre a doença da matriarca. “Mãe-migrante - uma lenda sobre a força da maternidade americana”, lê-se na lápide de Florence.

*Migrant Mother, Nipomo, California* não é apenas o retrato da pobreza, como temiam Florence e sua família. A imagem protagonizada por Thompson representa mais que isso. É a imagem da força e da dignidade em meio a medo e exaustão. É a imagem não romantizada do amor e da determinação de uma mãe. Bourdieu afirma que “apenas signos externos e extrínsecos podem remover as ambiguidades da fotografia” (1998, p. 142), mas no trabalho de Lange temos camadas infundáveis de significado. Identidades roubadas, vulnerabilidade, o olhar da mulher branca sobre a mulher indígena, o olhar de uma classe social sobre outra e, para além disso, uma imagem esteticamente forte e imortal. O ícone de um momento histórico.

A imagem seguinte difere das anteriores especialmente por conta do advento das redes sociais. A capacidade de circulação de uma imagem é muito mais ampla, visto que ela não seria divulgada apenas por veículos tradicionais de comunicação, mas também por meio de perfis pessoais de integrantes de determinada rede. No dia 2 de setembro de 2015, a fotojornalista turca Nilüfer Demir enquadrou e congelou a imagem que faria parte da memória coletiva ao se tratar da crise dos refugiados. Três fotografias rapidamente viralizaram e foram vistas por olhos ao redor

do mundo. Na fotografia estudada nesta pesquisa, podemos ver um menininho vestindo uma camisa vermelha e calças azuis. Com o rosto aconchegado na areia de uma praia turca, as ondas do mar mediterrâneo lambem sua pele.

Figura 6 – Alan Kurdi



Fonte: Foto: Nilüfer Demir, 2015.

O menino parece estar dormindo sobre a cama de areia, com as perninhas encolhidas sob a barriga, pose na qual tantas outras crianças adormecem. Alan Kurdi morreu afogado, assim como sua mãe, Rehan, e seu irmão, Galip. Seu pai foi o único sobrevivente. A família tentava fugir para a Turquia. Saíram da cidade de Kobane, na Síria, que estava sendo atacada pelo Estado Islâmico. Algumas evidências mostram que a morte de Alan poderia ter sido evitada: sua tia, que vivia no Canadá, fez o requerimento para o governo canadense para que pudesse trazer parte da família para o país.

A imagem, como sugerido pelo estudo das pesquisadoras autoras do artigo “Images, emotions, and international politics: the death of Alan Kurd”, provocou um sentimento de “pesar e culpa na Europa por deixar crianças como Curdir morrerem” (ALDER-NISSEN; ANDERSEN; HANSEN, 2019, p. 2). Como apontam, a imagem de Alan Kurdi capturada por Nilüfer Demis não gerou novas informações sobre a crise dos refugiados – a morte de imigrantes, inclusive de crianças, já era fato conhecido pelo mundo. A força dessa imagem está no despertar da humanização desse abstrato precário – migrante/refugiado – e a consequente sensibilização em resgate à responsabilidade ética.

O presidente dos EUA, Obama, e o primeiro ministro canadense [à época] recém eleito Justin Trudeau anunciaram planos de reassentamento de refugiados e a União Europeia aprovou um plano controverso de realocar 120 mil imigrantes pelo continente. A política de portas abertas a refugiados, da chanceler alemã Angela Merkel, anterior à morte de Kurdi, pareceu ter sido moral e politicamente aprovada. (...) A imagem de Alan Kurdi continua a ser uma referência retórica poderosa. Entretanto, no período de um ano, as políticas adotadas com referências diretas à sua morte trágica mudaram de uma abordagem favorecendo políticas de portas abertas para uma tentativa de impedir que os refugiados chegassem à Europa. A morte de Alan, surpreendentemente, tornou-se uma justificativa para um controverso acordo entre União Europeia e a Turquia em 2016: um acordo que efetivamente fechou a rota de migração da Turquia para as ilhas gregas (ALDER-NISSEN; ANDERSEN; HANSEN, 2019, p. 2-3)

Ao mesmo tempo em que se reconhece a vulnerabilidade da criança e se humaniza o corpo infantil, corrobora-se o discurso de precariedade desse corpo. O discurso midiático colabora e sustenta o ideal precário dos corpos de crianças ao buscar no rosto estrangeiro um rosto mais humano. Com a leitura do texto “The body in its sexual being”, do filósofo Maurice Merleau-Ponty, Butler entende o corpo como histórico, ou seja:

[...] um corpo ganha significado nas suas experiências com o mundo, mediadas por certa concretude e historicidade. O corpo é um conjunto de possibilidades porque: 1) a forma como ele existe no mundo e como é percebido pelos outros não é predeterminada por uma essência interior; e, 2) a sua expressão concreta no mundo deve ser entendida como a aceção e a expressão de um conjunto de possibilidades históricas. (BUTLER, 2019a, 215)

As irmãs Brontë são netas de um casal de irlandeses que reescreveu o próprio sobrenome, para que este se dissociasse de sua origem irlandesa como forma de evitar discriminações de caráter identitário. A partir do momento em que escrevem romances tão marcados pelas situações de vulnerabilidade, as autoras colaboram, ao mesmo tempo, para a reprodução de discursos já entranhados na sociedade em que estão inseridas, como também fazem parte da produção de novas possibilidades discursivas. O corpo como *locus* de significação dos sujeitos que cada uma das Brontë constrói ao longo dos romances analisados nessa pesquisa padecem da sujeição às estruturas sociais que os nomeiam, dão sentido e, muitas vezes, os colocam à margem.

#### 1.4 Educação e trabalho

Ler a obra de Emily, Charlotte e Anne Brontë é se deparar com uma rede cuidadosamente tecida. Os fios entrelaçados nos mostram uma teia construída por diversas e diferentes camadas sociais, gêneros e idades, bem como o desconforto gerado pelo encontro desses diferentes fios. A confecção desses intrincados tecidos foi atravessada por ondas de mudanças sociais na Inglaterra do século XIX. Em relação às mudanças graduais quanto à posição da mulher e da criança, podemos destacar os *Factory Acts* de 1840, em especial a *Ten Hours Bill*, que restringiu a jornada de trabalho de mulheres e crianças a dez horas diárias. Também podemos citar o estabelecimento do *Governess's Benevolent Association*, de 1843, e a fundação da *Society for Prevention of Cruelty to Children*, em 1844 (FROST, 2008; SHAWN, 2013). Na França, como nos mostra Michelle Perrot (2020), as primeiras leis sociais, datadas de 1841, que tinham como objetivo limitar o tempo de trabalho nas fábricas, foram criadas com o intuito de proteger as crianças, mesmo que, a princípio, não tenham sido totalmente eficazes. Embora o alcance prático dessas leis tenha sido limitado, o seu significado simbólico e jurídico foi de grande importância, representando a primeira mudança do direito liberal em direção ao direito social. Para Butler (2019b), um indício da precariedade de uma vida se verifica a partir do momento em que leis são especificamente criadas para protegê-la. Uma vez que o sofrimento da vida precarizada precisa ser público, no discurso, para que possa existir e ser validado, lembramos das duas possibilidades da vida precarizada: pode ser desumanizada ou humanizada a partir da compaixão. A partir da humanização dessa vida precarizada, há o reconhecimento da situação precária dessa vida e, a partir da responsabilidade ética, pode-se criar leis para que esta vida seja minimamente protegida. Vale notar, entretanto, que o sujeito precarizado precisa ser reconhecido e se reconhecer como precário, precisa provar e usar sua precariedade para que possa usufruir da proteção legal. O direito à vida da classe operária, de crianças e de mulheres precisa ser constantemente conquistado — são vidas que estão em constante risco. As irmãs de Haworth testemunharam de perto as mudanças que os ventos revolucionários se propuseram a trazer:

elas enxergaram nitidamente os efeitos da revolução industrial nas indústrias artesanais de lã de West Yorkshire, incluindo ciclos viciosos de crescimento, recessão e desemprego. Haworth não era o remanso selvagem e rural da fantasia popular, mas sim um lugar em que as filhas do clérigo testemunharam um sofrimento muito visível. Pobreza, saúde precária e uma indignada militância industrial eram tão evidentes aqui quanto em cidades maiores, como a vizinha Keighley. (RYLANCE, 2006, p. 157)

Neste exato período e lugar, ser alguém que escreve do campo era “ironicamente, dar um salto de um lugar de significado histórico-social” (EAGLETON, 2005a, p. xi). Em *The English Novel* (2005), Terry Eagleton escreve:

[...] os anos da infância das irmãs foram um tempo de ruína para milhares de operários espalhados em casebres por toda a região – um aspecto dessa destruição dos tecelões manuais que Karl Marx descreveu em *O capital* como a mais terrível tragédia da história inglesa. Os últimos anos das Brontës coincidiram com greves, cartismo, lutas contra as *Corn Laws* e agitações pela reforma fabril. [...] suas vidas foram moldadas por alguns dos conflitos mais típicos do início da Inglaterra vitoriana – conflitos entre rural e urbano, colônia e metrópole, sul comercial e norte industrial, 'sensibilidade' feminina e poder masculino (EAGLETON, 2005b, p. 91)

Em *O Campo e a Cidade* (1973), Raymond Williams pontua que a exploração das precariedades resultantes das mudanças na sociedade durante a Revolução Industrial não é exclusiva deste período. Antes disso, um capitalismo agrário altamente desenvolvido serviu de base para que a industrialização fosse possível. O trabalho rural infantil não costumava ser alvo de preocupação como o trabalho industrial em algum momento veio a ser. Contudo, com as práticas dessa agricultura capitalista, uma espécie particular de trabalho realizado por crianças no campo chamou a atenção suficiente para que o *Agricultural Gangs Act* de 1867 fosse decretado.

Williams pontua que diversas obras literárias se debruçaram sobre a nostalgia de um passado puro para tratar do campo como um lugar de ordem, tranquilidade e simplicidade em contraste a um presente industrial, caótico e agressivo. Ao analisar um trecho de poema escrito por

John Clare (1793-1864), escreve

Uma maneira de ver foi associada a uma fase perdida da vida, e a associação entre felicidade e infância deu origem a toda uma convenção, na qual apenas inocência e segurança, mas também paz e abundância, foram incorporadas, de modo indelével, primeiro à paisagem, e depois, numa extrapolação poderosa, a um período específico do passado do campo, agora ligado a uma identidade perdida, a relações e certezas perdidas, na lembrança do que é denominado, em contraposição a uma experiência presente, Natureza. (WILLIAMS, 2011, p. 235)

Podemos notar, então, que, para as Brontë, o campo não é um simples lugar de melancolia bucólica, mas um lugar também atravessado por todas as questões sociais aqui já destacadas. A infância para as irmãs não trata da nostalgia, mas sim das precariedades.

Outro ponto de encontro e tensão entre eventos que cruzaram a biografia das autoras e suas reconfigurações em obras literárias é o trabalho. As três irmãs foram, em algum momento da vida, educadoras, trabalhando como professoras ou preceptoras. A profissão era uma

possibilidade de sobrevivência para a mulher escolarizada e de classe média que não se casasse (RICH, 2001, p. 470). Em casas abastadas, as preceptoras, assim como as babás, passavam mais tempo com as crianças da família que os próprios pais. Ensinavam, principalmente, meninas, visto que os meninos da classe média alta eram, em sua maioria, mandados para internatos. Na Inglaterra vitoriana, a escolha de modelo educacional dependia parte de gênero, parte de classe (FROST, 2008, loc. 736-7). Além disso, Ariès ao tratar do processo de educação e seu impacto no relacionamento entre pais e filhos, entende que no século XIX as escolas deram um senso de distância entre crianças e adultos, e o tipo de escolarização das crianças vitorianas era um marcador de suas diferentes infâncias.

Na classe trabalhadora, meninas e meninos iam para as escolas mistas, em que se aceitavam ambos os sexos. As classes não eram separadas por idade e eram superlotadas. As crianças poderiam começar a ir para a escola muito novas, visto que as escolas eram um lugar em que mães trabalhadoras poderiam deixar seus filhos. O período dedicado à escolarização dessas crianças acabava, muitas vezes, quando o trabalho começava. Aos meninos de classe média e alta, o custo da escolarização era visto como investimento, visto que estes poderiam ocupar cargos de acordo com uma formação acadêmica específica. Assim, frequentavam boas escolas – em sua maioria, internatos – e poderiam dar sequência ao seu processo de escolaridade nas faculdades. Enquanto isso, as meninas dessas mesmas classes eram educadas a fim de poderem demonstrar habilidades sociais – para muitos pais, o alto investimento na educação não valeria a pena, pois a melhor “carreira” que poderiam ter era de uma mulher casada. A educação das meninas era então de responsabilidade das preceptoras. Algumas meninas iam para a escola, mas essas seriam piores que a dos irmãos e muitos pais se preocupavam com as más influências que as colegas da escola poderiam ser para suas filhas. A cultura, é, então, transformada numa *commodity*, “o ponto em que um mundo interior de valor espiritual e um mundo exterior de necessidade econômica se unem de forma incongruente” (EAGLETON, 2005b, p. 92).

A pesquisadora sueca Marianne Thormählen, em *The Brontës and Education* (2007), dedica a seção “Household education versus school training” a estudar as esferas da educação doméstica e da educação escolar e separa três pontos que poderiam favorecer a escolha de cada modelo educacional. Em primeiro lugar, a educação familiar favoreceria a moralidade – principal pilar da educação em contraste com habilidades artísticas ou capacidade intelectual – uma vez que os pais teriam controle total sobre o que seria ensinado aos seus filhos. Entretanto, muitos

pais não estariam aptos ou dispostos a dedicar tantas horas de seus dias a educar seus filhos durante o período de anos. O segundo fator de análise faz referência à questão de que o espaço de estudo ofereceria oportunidades para que se fizesse contatos para uma vida profissional no futuro. Por outro lado, como Charlotte exemplifica ao escrever a Lowood de *Jane Eyre*, escolas mal administradas colocavam a vida de crianças em risco, como aconteceu com as duas irmãs Brontë mais velhas, Maria e Elizabeth. As quatro irmãs Brontë mais velhas começaram a frequentar Cowan Bridge em 1824. As péssimas condições às quais as meninas eram submetidas, entretanto, colaboraram para que várias pupilas adocessem. Já em fevereiro de 1825, Maria voltou para casa após ser diagnosticada com tuberculose, e, em maio, Elizabeth teve o mesmo destino. As irmãs não resistiram e faleceram. Charlotte e Emily saíram da instituição. Não à toa Charlotte só voltaria aos estudos fora de casa aos 14 anos. Cuidando para que não tivesse o mesmo destino das irmãs, sua escola foi cuidadosamente escolhida - Roe Head teria cerca de sete a dez pupilas por vez e não haveria uma grande diferença entre as idades (BARKER, 2013, loc 4308). Patrick Brontë descreveu a dona da escola, Margaret Wooller, como “inteligente, decente e maternal”, e esta se tornou amiga pessoal de Charlotte ao longo da vida (Id.). O terceiro ponto seria que um modelo educacional coletivo encorajaria emulação e competição, enquanto o convívio com outros adolescentes poderia introduzir um jovem ao vício, um medo já pontuado por Frost. Para além disso, como citado por Maria Conceição Monteiro, os pais temiam que seus filhos se misturassem a outras classes sociais e, especialmente as meninas, de que formassem o “mau hábito da masturbação” (MONTEIRO, 2000, p. 23).

Thormählen informa também que a opção de modelo educacional na família Brontë não foi homogênea. A educação de Charlotte Brontë, por exemplo, foi, de fato, um investimento de Patrick Brontë para que esta pudesse ter uma carreira no campo da educação, podendo ainda assistir as irmãs, ensinando-as o que aprendera. Subvertendo o padrão de muitas famílias da época, o patriarca optou pela educação escolar de Charlotte e a pela educação doméstica de Branwell. Esperava-se um futuro melhor para o único filho homem da família do que de suas irmãs. Este teria opções para além do casamento ou da vida como educador. Branwell franzino não se adaptaria à escola (THORMÄLEN, 2013, p. 36) e a escolha pela educação doméstica para o único filho homem faria sentido uma vez que o próprio Patrick Brontë ascendeu socialmente sendo autodidata.

A preceptora desempenha um papel que captura as contradições de sua condição social (EAGLETON, 2005b, p. 92). Ainda, pode ser recebida com receio, visto que esta poderia alinhar-se às causas do proletariado, revoltando-se e indignando-se com sua situação, como também poderia ensinar tais ideias revolucionárias a seus pupilos, subvertendo os pilares burgueses (MONTEIRO, 2000, p. 29). Maria Conceição Monteiro, escreve:

A preceptora torna-se mercadoria valiosa e apreciada sem, contudo, ter adequada avaliação e preço justo. [...] o trabalho da preceptora como artigo de comércio é algo de valor indefinido, sobretudo por tratar-se de uma *commodity* intelectual que, por sua própria natureza escapa qualquer fixação de preço. (MONTEIRO, 2000, p. 13)

Além disso, a preceptora gera desconforto e desconfiança uma vez que vem a desempenhar em troca de remuneração o trabalho de educar os filhos, que era atribuído às mães de classes mais privilegiadas, sem exigir pagamento em troca. Podemos, aqui, voltar à descrição de Patrick Brontë acerca de Margaret Wooller. “Maternal”. Por um lado, era desejado que a preceptora formasse vínculos de afeto com as crianças que estariam sob sua tutela – vide a frustração de Charlotte ao explicar a Emily em carta a razão pela qual tantas preceptoras não conseguem compreender e serem compreendidas por seus patrões: “Sr<sup>a</sup>. Sidgwick espera que eu faça coisas que eu não posso fazer que eu ame seus filhos e seja inteiramente devota a eles” (BRONTË, C. apud THORMÄLEN, 2013 p. 63) – por outro, precificar o trabalho designado à mulher mãe, anjo da casa, gera conflitos e tensões. Como escrito em um manual de ensino datado da década de 1840, a profissão do educador(a) era a “última esperança dos infelizes” (DUN, p. 5 apud THORMÄLEN, 2007, p. 5). Infelizes eram as mulheres educadas que tinham a profissão como única fonte de sobrevivência para além do casamento. “Sempre fazendo o trabalho que não se quer fazer” (WOOLF, 2015, p. 28).

O descontentamento com as classes superiores pode vir a ser uma perigosa afronta.

Charlotte Brontë, em carta, relata:

Esforcei-me muito para me satisfazer com a minha nova situação [...]. Eu costumava pensar que deveria gostar de estar na agitação da alta sociedade; mas já cansei disso — é um trabalho tedioso de se ver e ouvir. Vejo mais claramente do que nunca, que uma preceptora particular não existe, não é considerada um ser vivo racional, exceto no que diz respeito aos deveres enfadonhos que deve cumprir. (GASKELL, 2005, p. 124)<sup>18</sup>

<sup>18</sup> I have striven hard to be pleased with my new situation [...] I used to think I should like to be in the stir of grand folks' society; but I have had enough of it—it is dreary work to look on and listen. I see more clearly than I have ever done before, that a private governess has no existence, is not considered as a living rational being, except as connected with the wearisome duties she has to fulfil.

Em *Jane Eyre*, vemos claramente a posição incômoda da preceptora. Em lugar de penumbra, ao mesmo tempo visível o suficiente para ser vista, mas não a ponto de ter qualquer importância, a protagonista passa por um desconfortável jogo de interações com Rochester e seus visitantes no capítulo XVII. Jane tem a certeza de que não pertence àquele lugar ao ouvir a conversa de Mrs. Dent e Blanche Ingram

– Minha querida, não fale de educadoras; a palavra me deixa nervosa. Sofri um verdadeiro martírio com suas incompetências e seus caprichos. Agradeço aos céus por estar agora livre delas!

A sra. Dent curvou-se sobre a devota senhora, e sussurrou algo em seu ouvido. Suponho, a tomar pela resposta, que a estivesse recordando que uma representante da raça execrada estava presente.

– Tant pis! Espero que ela aprenda algo com isto! -- disse a senhora. E então, num tom de voz mais baixo, mas ainda alto o suficiente para que eu pudesse ouvi-la: -- Já reparei nela; sei julgar fisionomias, e na sua vejo todos os defeitos da classe. (BRONTË, C. 2018, p. 211212)

Na mesma situação narrada neste capítulo, Adèle, a pupila de Jane, é vista, mas não ouvida

– Bon jour, mesdames.

E a srta. Ingram olhou para ela com desprezo e um ar de desdém, exclamando:

– Ah, que bonequinha! (BRONTË, C. 2018, p. 208)

Vemos, então, a incômoda relação entre a mulher preceptora e a sua pupila. Nunca apropriadas, sempre apartadas. À menina-pupila deve-se oferecer a curadoria de material de leitura e estudo do que seria apropriado. A preceptora deveria portar-se de maneira apropriada. Na introdução de *Tales from Shakespeare*, publicada originalmente em 1807 por Charles e Mary Lamb, a diferença entre meninos e meninas em relação ao acesso à leitura é marcada: “[para os meninos,] o uso das bibliotecas de seus pais geralmente tem sido permitido em uma idade muito mais precoce do que as meninas, eles frequentemente têm as melhores cenas de Shakespeare de cor, antes que suas irmãs tenham permissão para olhar para este livro viril” (LAMB, 2016, p. xiiixiii). Logo em seguida, há a recomendação de que os irmãos censurem o que não seria apropriado e também presumam as dificuldades de compreensão por parte das irmãs: “explicar para suas irmãs as partes que são mais difíceis para elas entenderem [...], selecionar cuidadosamente o que é apropriado para o ouvido de uma jovem irmã” (LAMB, 2016, p. xiii). A menina pupila e a preceptora são constantemente vigiadas e censuradas.

Neste capítulo, discutimos a importância de um olhar sobre a infância que vá além do discurso superficial de proteção da família normativa. Em suma, a pesquisa realizada nesta

dissertação revela que o discurso hegemônico de proteção à criança acaba por proteger apenas aqueles que detêm o poder de definir o que é considerado uma infância ideal. Como resultado, o corpo infantil continua a ser violado e sujeito à violência. Além disso, o estudo examina o que significa ser criança e como a infância é uma construção social influenciada pelo contexto sóciohistórico. A pesquisa também destaca como o reconhecimento da precariedade do sujeito, alinhado ao que Butler chama de “ética da responsabilidade”, é fundamental para a conquista de direitos, especialmente para os menos favorecidos. Por fim, enfatizo que as infâncias das heroínas escritas pelas irmãs Brontë são atravessadas e precarizadas de acordo com questões sociais, econômicas e de gênero, e que a escolarização era um importante marcador das diferentes infâncias vivenciadas.

## 2 INFÂNCIAS E PRECARIIDADES EM *JANE EYRE*, *WUTHERING HEIGHTS* E *AGNES GREY*

*We are touched by what we are near.*

*Sara Ahmed*

Em *Agnes Grey*, de Anne Brontë, a distinção da escolaridade de crianças de uma mesma classe social por conta de gênero é explorada, assim como a figura da preceptora. Esta dissertação começou a ser elaborada no ano seguinte às comemorações do bicentenário da irmã caçula de Haworth. A revisitação de sua obra traz uma imagem atualizada da autora: esta não estaria preocupada apenas com o caráter religioso de seus romances, como prevaleceu por anos na crítica, mas apresentaria, também, uma proposta de igualdade na educação de meninos e meninas, fazendo-se possível uma leitura profeminista de seu texto. Marion Shaw (2013) questionará o porquê de Anne ter sido eclipsada por Charlotte quanto ao caráter de uma ideologia igualitária na sua obra:

Charlotte Brontë tem sido aclamada há muito tempo como a romancista feminista pioneira do século XIX e alguns dos protestos de *Jane Eyre* foram a inspiração apaixonada para os escritos feministas do século XX: 'as mulheres se sentem exatamente como os homens', 'Eu me importo comigo', 'Leitor, eu casei com ele', foram os toques de clarim para as gerações posteriores de mulheres. Por que Anne Brontë não foi igualmente aclamada quando em muitos aspectos ela é a romancista mais ousada? Talvez seja o aspecto religioso do propósito de Anne Brontë em seus romances que disfarçou o quão feministas são suas heroínas e suas narrativas. O dela é um feminismo moral, quase acidental à busca de uma vida de propósito religioso em que a igualdade das almas diante de Deus encontra um eco secular em uma relação razoável, respeitosa e igualitária entre os sexos no casamento. Seus pontos de vista sobre a educação das crianças relacionam-se com convicção apaixonada a esse ideal. (SHAW, 2013, p. 337)

Uma obra de Anne digna de comentário diante da reflexão de Shaw é *Agnes Grey*, romance que trata da história de sua personagem-título. Agnes decide exercer a profissão de preceptora após ver seu pai, Richard Grey, adoecer e se endividar por conta de um investimento mercantil falho. Alice Grey, mãe de Agnes, perdeu o status de *lady* por escolher se casar com Mr. Grey e, aparentemente, entende a escolha da filha, embora não pareça concordar plenamente com a ideia de Agnes se “submeter” ao trabalho de preceptora. Apesar disso, Alice ajuda sua filha a

encontrar famílias que possam acolher Agnes dignamente e, também, convence Mr. Grey de que Agnes está tomando uma boa decisão em benefício próprio e não apenas por conta da ruína financeira da família causada por seu pai. Agnes sai de casa, então, com a proposta de se educar e de educar outros. A visão romântica e ao mesmo tempo infantil da educação vai se dissolvendo ao longo da prática preceptorial da personagem. Paralelamente, podemos pensar com a pesquisadora Marcela Santos Brigida que

Além da discussão e propagação da doutrina da salvação universal, um grande pilar no projeto ficcional de Anne Brontë gira em torno da preocupação da autora com a educação. Anne trabalhou como preceptora por mais tempo do que as irmãs, tendo passado quase seis anos longe de casa (Adams; Smith, 2020, p. 210). A defesa de uma educação igualitária para meninos e meninas e os possíveis efeitos negativos decorrentes de ênfases ditadas pelo sexo da criança são encenados em *Agnes Grey* na figura da família Bloomfield e debatidos por Gilbert Markham e Helen Huntingdon em *The Tenant of Wildfell Hall*. As influências de uma família excessivamente indulgente ou severa também são interrogadas, além da precariedade da posição da preceptora quando o projeto ditado pela família não é executado conforme o planejado. (BRIGIDA, 2020 p.137)

Ao longo da narrativa, fica claro que a preceptora “pode olhar para cima e para baixo na hierarquia social” (EAGLETON, 2005b, p. 92). Agnes faz duras críticas às famílias para quem trabalha, questionando papéis de gênero e o tratamento que recebe tanto dos patrões quanto dos empregados:

Os criados vendo a pouca estima com que a preceptora era tida tanto pelos pais como pelos filhos, regulavam seu comportamento no mesmo padrão. [...] [Eles] negligenciavam por completo o meu conforto, desprezavam os meus pedidos e faziam pouco caso das minhas ordens. [...] Em geral são corrompidos pelo descaso e pelo mau exemplo dos que estão acima; e, acredito eu, não eram da melhor categoria. (BRONTË, A. 2016, p. 98)

O final do romance traz uma mensagem de esperança em um novo futuro em relação à educação, no qual aqueles que têm o poder de mudar as economias e distribuição do conhecimento podem criar uma sociedade justa e igualitária (JUNG, 2011, p. 233).

Em *Jane Eyre*, também vemos traços do *Bildungsroman* a contrapelo. O romance começa com a pequena Jane vivendo sob a custódia da família Reed. Sempre agregada e segregada (MONTEIRO, 2000), a criança-Jane é colocada em seu lugar de alguém menor que todos na casa – “a senhorita é menos do que uma criada, pois não faz nada para ganhar seu sustento” (BRONTË, C. 2018, p 25) – e até, por vezes, associada a animais – “mais parece uma gata selvagem” (Id.). As crianças habitantes de Gateshead Hall demonstravam ter total noção de seu

lugar de classe e sexo, visto suas ações ou seus silêncios. Após ser constantemente maltratada, principalmente por John Reed, irmão mais velho da família, Jane, durante um castigo, passa por um momento de despertar no *red room*. Jane enxerga a impossibilidade de continuar existindo naquele espaço e toma coragem para expressar diretamente o ódio que sente por sua tia e, também, o desejo de ser mandada para uma escola. A narrativa segue, então, Jane em Lowood, um internato para jovens órfãs e/ou pobres. Lá, o leitor acompanha a descrição de uma série de abusos relacionados às condições de ser mulher, criança ou infantilizada e pobre. A precariedade das internas é ainda mais marcada no capítulo VII, no qual as filhas do reverendo visitam a instituição e o contraste entre meninas pobres e ricas é direto. Jane segue questionadora e insatisfeita.

Com o desejo de ir ver o mundo fora da situação de interna – agregada, aluna, professora – Jane sai rumo a Thornfield. Lá, deve se ocupar da educação da pequena Adèle. Como educadora, Jane não tem grandes desafios com a menina, visto que não há sinais aparentes de desrespeito. Mas, observo também, o frágil lugar de Adèle, que desconhece seu provável parentesco com Rochester, ao mesmo tempo em que o próprio duvida da ligação sanguínea entre os dois. Imputa-se o papel de agregada em Adèle, uma vez que Rochester não tem qualquer obrigação de responsabilidade sobre ela. Jane pode ver em Adèle o que ela própria poderia ter sido na casa dos Reeds. Adèle não parece esperar de seu tutor (pai?) grande proximidade e cumplicidade, mas há um mínimo de respeito e cuidado, o que Jane não recebeu da família Reed.

Finalmente, há o romance de Emily Brontë, *Wuthering Heights*. Narrado em diferentes enquadres, o leitor pode ter a impressão de que Nelly Dean, uma mulher e criada, só tem direito ao poder da narrativa por estar embutida na narrativa do novo inquilino de Thrushcross Grange, Mr. Lockwood, e por não ser a grande protagonista da história que conta. Após a breve leitura do diário de Catherine Earnshaw, o inquilino crê ter visto o fantasma de Catherine, agora Linton, e fica intrigado com a história das famílias que ali habitam e habitaram. Nelly Dean tem, então, o grande poder de recortar e costurar a trama. Narra essa história mítica a mulher servente que também foi uma criança em um momento do romance, dado que tinha a mesma idade de Hindley, o irmão mais velho da família Earnshaw: “Hindley Earnshaw! [...] Ele morreu como queria: bêbado feito um gambá. [...] Parece que só tinha vinte e sete anos, a sua [Nelly Dean] idade: quem diria que vocês dois nasceram no mesmo ano?” (BRONTË, E. 2016, p. 212).

O comentário sobre precariedades pode ser tecido a começar pelas diferenças das duas casas que protagonizam o romance e, conseqüentemente, sobre aqueles que as habitam. Sobre os contrastes entre Thrushcross Grange e *Wuthering Heights*, Raymond Williams aponta a primeira como sendo “protegida e vivendo de aluguéis” (WILLIAMS, 2011, p. 294) enquanto a segunda aparece “vulnerável e sustentada pelo trabalho” (WILLIAMS, 2011, p. 294). Já para Terry Eagleton, Grange era um lugar de ordem e civilidade, mas que “encobre o trabalho árduo e a exploração em que essas virtudes se baseiam” (EAGLETON, 2005a, p. xvi), enquanto a brutalidade em Heights é escancarada.

Nelly Dean é uma personagem com a qual podemos enxergar que a questão do trabalho infantil não era exclusiva da cidade: “A grande maioria das crianças sempre trabalhou, pois a maioria cresceu como camponesa e ajudava nas fazendas assim que podia. O que diferia na era industrial, então, não era o fato do trabalho infantil, mas seu caráter” (FROST, 2008, p. 16). Também a partir de Nelly, podemos ver a diferença em relação aos Earnshaw e aos Linton, além de Heathcliff, quanto às suas infâncias. Como o trabalho significava o fim da infância (Id.), percebemos que Nelly deixa de narrar a si mesma como criança muito cedo na narrativa, enquanto Hindley é considerado adulto apenas quando sai de casa para estudar e volta casado com France. O amadurecer de Cathy tem relação direta com a sua estadia na casa dos Linton, onde parece haver um despertar de consciência de classe e a decisão de que se casaria com Edgar – como será explorado mais adiante neste capítulo. Isabella é uma criança até casar-se com Heathcliff, uma vez que para a maioria das mulheres de classe média ou alta no século XIX, o fim da infância se daria no casamento. Já Heathcliff,

Ele é, claramente, proletário na aparência, mas a obscuridade de suas origens também o liberta de qualquer papel social exato; como Nelly Dean pensa mais tarde, ele também pode ser um príncipe. Ele é introduzido na propriedade de *Wuthering Heights* por nenhuma boa razão além de ser arbitrariamente amado; e nesse sentido ele é determinante para as respostas dos outros, uma força libertadora para Cathy e motivo de hesitação para os outros. (EAGLETON, 2005a, p. 102)

Sua nebulosa origem – cigano ou irlandês, como sugere Eagleton (2005b, p. 90) –, mas, de toda forma, não inglês, permite a amizade com Cathy, mas não o casamento. Cathy e Heathcliff não teriam direito a qualquer patrimônio, logo aos dois era permitido que ultrapassassem a “estrutura doméstica” (EAGLETON, p. 103). Contudo, a liberdade se estende apenas até certo ponto uma vez que, ao tomar consciência de sua condição precária de mulher não

herdeira, Cathy escolhe casar-se com Linton e Heathcliff se revolta usando do jogo da herança para castigar quem um dia o castigou.

A recuperação das personagens-criança nos romances comentados ao longo desta dissertação se pretende operado por meio do entrelaçamento das noções de vida precária e precariedades com os fios narrativos que compõem as obras e o contexto histórico das irmãs Brontë – como destacado no primeiro capítulo. Nessas narrativas, as infâncias são marcas de vulnerabilidade que, na medida em que espelham e reconfiguram o contexto social ao seu redor, também denunciam um sistema falido que, para funcionar, precisa, necessariamente, produzir situações de opressão. Se as precariedades retornam na filosofia contemporânea enquanto tema incontornável, a literatura das irmãs Brontë figura como um terreno fértil a ser revisitado.

## 2.1 *Outsiders*, sem mãe, sem pátria

A orfandade de personagens principais é tema recorrente em romances vitorianos. Afinal, como sugerido por Carolyn Denver (1998) em *Death and the Mother from Dickens to Freud: Victorian Fiction and the Anxiety of Origins*, a mãe morta é a única capaz de fazer o ideal de maternidade vitoriano sobreviver. Charlotte Brontë (1816-1855), especialmente, tem em vários de seus romances mães ausentes ou mortas e trabalha as complexidades e nuances psicológicas derivadas da ausência materna. Essa estrutura difere da representação de órfãos expostos aos perigos da cidade industrial, que precisam trabalhar para sobreviver no mundo precário, como nas obras de Charles Dickens, *Oliver Twist*, *David Copperfield*, (GARCIA, 2021, p. 57). Em *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (2020), Michelle Perrot afirma que “a história da vida privada oitocentista pode ser lida como uma luta dramática entre o pai e os Outros” (PERROT, 2020, p. 117) e que “É por isso que para sobreviver, é necessário matar o pai” (PERROT, 2020, p. 115). A figura patriarcal imperando na vida privada do século XIX acaba por tolher a existência e vivência plena das subjetividades que procuram se construir à margem ou para além dos ditames da norma do pai. Em consonância com esse pensamento, Virginia Woolf,

autora cuja criação foi marcada pela presença de um pai vitoriano, anota em uma passagem de seu diário:

“Aniversário do Pai [Father’s]. Ele teria feito 96, 96, sim, hoje; & poderia ter feito 96, como outra pessoa qualquer; mas misericordiosamente ele não fez. A sua vida teria acabado inteiramente com a minha. O que teria acontecido? Sem escrita, sem livros – inconcebível.”<sup>19</sup> (WOOLF, 1980, p. 208).

Ao fazer uma leitura dos romances das irmãs Brontë atravessada pela teoria de Julia Kristeva, podemos notar as muitas marcas de estrangeiridade e outridade das personagens sobre as quais esta seção se dedica a discorrer: os órfãos. Na obra *Estrangeiros para nós mesmos* (2014), Kristeva discorre sobre o status do estrangeiro, este que está sempre de fora. Ao propor a percepção do Outro ao invés do apagamento e/ou ignorância das diferenças, Kristeva pensa no conceito de estrangeiro como este que “começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades” (KRISTEVA, 2014, p. 9). A partir da percepção do que há de diferente no Outro, pode-se construir o Eu. Sendo, então, o Outro essencial para a formação do sujeito, no momento em que o Outro é apagado, exclui-se o próprio Eu. Inseridas no lar patriarcal as personagens órfãs se cobrem com uma “pele anestesiada [...] para proporcionar a si [mesmas] um esconderijo” (KRISTEVA, 2014, p. 14) e assim gozam por “desprezar as fraquezas históricas do seu tirano” (id.). Além disso, Kristeva marca a distância que o estrangeiro possui para se ver e para ver seus “anfitriões desdenhosos” (id.).

Tratando-se de *Jane Eyre*, ser o Outro à margem da propriedade patriarcal inglesa, tanto em Gateshead Hall, quanto em Thornfield Hall, passando ainda por Lowood, permite que Adèle e Jane enxerguem e sejam críticas ao contrato social vigente na Inglaterra vitoriana no qual à mulher cabia o espaço doméstico privado e aos homens o domínio do espaço público. Em *Wuthering Heights*, a orfandade faz Catherine enxergar a impossibilidade de um futuro com Heathcliff e permite a Hindley abusar de Heathcliff. A orfandade também é a ruína de Catherine Linton (a filha) e de Hareton, uma vez que precisam se submeter aos planos de vingança de

---

<sup>19</sup> “Father’s birthday. He would have been 96, 96, yes, today; & could have been 96, like other people one has known; but mercifully he was not. His life would have entirely ended mine. What would have happened? No writing, no books – inconceivable.”

Heathcliff. Em *Agnes Grey*, a morte do pai revela a vulnerabilidade financeira à qual uma família composta por mulheres é subordinada.

Proponho, ainda, ampliar o sentido de estrangeiro, tão abrangente para Kristeva, acrescentando a este a noção de *outsider*, desenvolvida por Virginia Woolf na obra *Três Guinéus* (1938). Ao tentar responder a uma carta na qual um homem a pergunta sobre a possibilidade de se acabar com as guerras, a autora discorre sobre a educação dos homens para a guerra e o papel da mulher na sociedade. Denominando a mulher de classe alta como filha do homem instruído, pois ser burguês implica “duas características primordiais da burguesia — capital e ambiente” (WOOLF, 2020, p. 156) as quais a mulher não tem acesso, Woolf também afirma que a mulher não tem um país (p. 118), uma vez que ao casar-se com homem de outra nacionalidade será uma estrangeira (p. 117). A lógica de proteção territorial contra a ideia de terror da dominação estrangeira, então, não faria sentido para uma mulher, esta *outsider*. A criança-Jane e Adèle desafiam a lógica da proteção da propriedade patriarcal. Elas, estrangeiras e tão outras, incomodam e desestabilizam o ideal da família inglesa à qual pertence a propriedade privada.

Podemos notar, então, que, em *Jane Eyre*, a casa é um lugar atravessado pela marginalização dos vulneráveis em nome da proteção da propriedade patriarcal, seguindo o ideal vitoriano da família burguesa. Pensar a vulnerabilidade, nesse contexto, será entendê-la à luz de *Vida Precária* (2019), em que a filósofa Judith Butler distingue os conceitos de vida precária, constituição da qual todas as vidas humanas compartilham a partir do momento em que todas são mortais, e precariedades, circunstâncias nas quais algumas vidas seriam mais “matáveis” que outras - tal qual foi explicado no capítulo anterior. Raça, sexo, gênero e classes diferentes seriam classificadores dessas precariedades materiais distintas.

Se não se cria laços com uma criança, ela pode morrer e, sob certas condições, mesmo que esses laços sejam criados, ela pode estar ameaçada de não sobrevivência por outras razões. Portanto, o questionamento do apoio primário à vulnerabilidade primária é uma questão ética para a criança e para a infância. Mas existem consequências éticas mais amplas nessa situação que pertencem não apenas ao mundo adulto, mas à esfera política e a sua dimensão ética implícita. (Butler, 2019, p. 67)

As personagens comentadas nesta seção são marcadas por essas precariedades. Podemos entender, então, a partir da leitura de Butler, o corpo da criança não como material dado como pronto, mas como reconhecido apenas após sua inscrição normativa no discurso. O corpo é então, um construto social a partir de uma materialidade concreta. Os corpos vulneráveis de Jane e

Adèle são lugares de significados. Ao longo das próximas páginas, busco entender que informações trazem esses corpos de meninas pobres vitorianas inseridas na casa burguesa. Ao mesmo tempo em que a vulnerabilidade das personagens é patente, percebe-se também que são estas quem dialogam com a proposta ética de Butler no momento em que interrogam o “modelo para agência e inteligibilidade” (Butler, 2019, p. 66) validado pelas figuras masculinas que ocupam posições de poder ao longo da narrativa. A normatividade e binaridade essenciais ao modelo patriarcal detentor de propriedades permitem a manutenção do poder dentro de uma mesma classe social e pelo mesmo gênero, ou seja, o poder é sempre do patriarca, daquele a quem pertence a propriedade. A criança Jane e Adèle estão, ao mesmo tempo, agregadas a essa propriedade e à margem do pertencimento à casa, fazendo com que consigam não só verbalizar e apontar os problemas da construção desse modelo, mas também ser a personificação da verdade uma vez que denunciam as hipocrisias que consolidam o discurso base dessas normas.

Em *Jane Eyre*, a personagem título tem mãe e pai mortos pela contração de febre tifoide quando esta era apenas um bebê. Além de Jane, sua pupila Adèle Varens, “é, num certo sentido, órfã, abandonada pela mãe e renegada pelo senhor [Rochester]” (Brontë, 2018, p. 177). A suposta filha de Rochester, empregador de Jane e dono da terra, desconhece seu possível parentesco com o pai e, embora renegada, é trazida para a propriedade patriarcal de Thornfield Hall. A menina agregada inserida na propriedade da família, assim como Jane em Gateshead Hall, passa a ser uma ameaça à perpetuação do domínio masculino sobre os bens materiais.

Ao dizer que o cachorro “se parece mais comigo do que ela” (BRONTË, 2018, p. 177), Rochester não só se afasta de Adèle sanguineamente como também a diminui, dando menos valor à menina que a um animal. Adèle não pode ser adestrada, como um cachorro, e sua comparação com o animal a coloca à margem de seu pertencimento à raça humana. Neste momento, temos margem para pensar que isso pode ser considerado um problema próprio às questões de gênero, uma vez que Rochester também segrega do humano sua esposa Bertha, a quem, no tempo da narrativa, tranca no sótão sob a alegação de que é louca: “Verão com que tipo de criatura as mentiras fizeram com que eu me casasse, e poderão julgar se tenho ou não o direito de romper esse pacto e buscar afinidade com algo que seja pelo menos humano” (BRONTË, 2018., p. 342). Além disso, para ele, Adèle é apenas “a bastarda de uma dançarina francesa” (BRONTË, 2018, p. 353), e sua companhia “será um estorvo” (BRONTË, 2018, p. 311). A menina parisiense é símbolo do estrangeiro incômodo que ameaça o lar inglês. Como típico de Charlotte, a autora

coloca comentários afiados na boca da criança à margem da casa patriarcal. McCarron (2019, p. 89) pontua que, em uma das únicas cenas em que o estrangeirismo de Adèle é visto como algo positivo, Jane comenta o momento em que a menina “demonstrou um fundo de genuíno ceticismo francês” (BRONTË, 2018, p. 314) ao chamar Rochester de um verdadeiro mentiroso. Este comentário se dá em uma cena em que os três estão a caminho do comércio da cidade nas vésperas da tentativa frustrada do casamento de Jane e Rochester e este diz que irá mandar Adèle à escola e levar Jane à lua.

No momento em que alega que os dois morariam juntos na lua, Rochester começa uma história fantasiosa e quase alegórica a qual pode ser lida como uma vontade de isolar Jane — e ele próprio — do mundo real para que possam viver felizes para sempre. Adèle, então, faz uma série de pontuações como “o senhor irá matá-la de fome” (BRONTË, 2018, p. 312) e “ela ficaria cansada de viver somente com o senhor” (idem). Adèle é o bom senso, a verdade — o verdadeiro empecilho entre Rochester e Jane.

A outridade francesa de Adèle é diversas vezes marcada negativamente, principalmente por Rochester. Ao contar para Jane sobre sua viagem, a menina compartilha sua percepção de estrangeira sobre a confusa cidade inglesa que a recebeu. Diz que chegou em “uma cidade enorme, com casas muito escuras e cheia de fumaça. Nem um pouco parecida com a cidade limpa de onde venho” (BRONTË, 2018, p. 127). A visão da pequena sobre seu lugar de origem se difere em muito da versão de Rochester, que alega: “ao saber que estava desamparada, tirei a pobrezinha do lodo e da lama de Paris e a transplantei para cá, para que possa crescer limpa no solo saudável dos campos ingleses” (BRONTË, 2018, p. 177).

Em outro momento em que o lugar de origem da criança é algo pejorativo, a alegria de Adèle ao ganhar presentes não é uma mera reação natural que faz parte do mundo das crianças, mas a torna uma “genuína filha de Paris” (BRONTË, 2018, p. 160), como apontado sarcasticamente por Rochester. A menina seria interesseira e supérflua, uma verdadeira parisiense. Quando Jane arruma Adèle e esta pede uma flor para ornamentar seu vestido, a governanta tem a crença de que Adèle dá valor demais a sua aparência. Ao descrever a reação da menina ao ter uma rosa presa ao seu vestido, diz

Ela deu um suspiro de inefável satisfação, como se sua taça de felicidade estivesse agora cheia. Virei o rosto para disfarçar um sorriso que não tinha como suprimir. Havia algo de ridículo bem como de doloroso na devoção honesta e inata da pequena parisiense às questões de vestuário (BRONTË, 2018, p. 205)

Afinal, meninas inglesas não devem dar tanto valor a sua aparência e não devem valorizar bens materiais. Jane aprendeu sua lição, como podemos observar quando ela afirma que “quanto mais coisas [Rochester] comprava para mim, mais o meu rosto queimava com uma sensação de incômodo e degradação” (BRONTË, 2018, 314). Já Adèle, é retirada de seu lugar de origem e dela espera-se que suprima suas características francesas, a fim de que se torne cada vez mais inglesa. No último capítulo do romance, quando Jane situa o leitor no futuro e conta, resumidamente, as mudanças ocorridas ao longo dos anos, há um trecho dedicado à Adèle. Sobre a formação da menina diz:

“enquanto crescia, uma sólida educação inglesa corrigiu em grande medida seus defeitos franceses e quando ela deixou a escola encontrei nela uma companheira agradável, e solícita — dócil, de bom temperamento e de bons princípios” (BRONTË, 2018, p. 521).

Se as cenas envolvendo roupas costumam marcar a outridade francesa — tida como fútil — de Adèle, a pobreza órfã e precária de Jane no internato Lowood também é marcada por peças de vestuário. As roupas que tinham eram “insuficientes para nos proteger do frio intenso” (BRONTË, 2018, p. 80) e os tecidos que usavam para costurar eram duros e machucavam as mãos das internas. O reverendo Brocklehurst, responsável pela instituição, ressalta a importância de “mortificar nessas meninas as tentações da carne, ensiná-las a se vestir com pudor e sobriedade, não com cabelos trançados e roupas caras” (BRONTË, 2018, p. 85). Charlotte, então, brilhantemente coloca na cena mais três moças jovens que aparecem para visitar o instituto. A descrição, neste momento, acerca de suas roupas é minuciosamente detalhada e escancara o contraste com a precariedade da vida das internas:

[elas] tinham chapéus de castor cinza, então na moda, decorados com penas de avestruz, e sob a aba desses graciosos ornamentos saía uma profusão de leves madeixas, elaboradamente cacheadas. A mais velha estava envolvida num caro xale de veludo, debruado de arminho, e usava um aplique cacheado falso. (BRONTË, 2018, p. 85)

A criança-Jane, por sua vez, “mais parece uma gata selvagem” (BRONTË, 2018, p. 25) e tem o seu não-lugar marcado não só pela família Reed, como também pelas mulheres que trabalham em Gateshead Hall: “a senhorita é menos do que uma criada, pois não faz nada para ganhar seu sustento” (id.). Mesmo sofrendo diversos abusos, Jane em determinado momento tenta estabelecer algum laço de empatia com Mrs. Reed, a tia com quem morava depois da morte dos pais. A menina reflete acerca de como “deveria ter sido bastante penoso ver-se atada a uma

criança estranha que ela não tinha como amar, e ver uma forasteira antipática intrometendo-se permanentemente em seu núcleo familiar” (BRONTË, 2018, p. 30). Em *Wuthering Heights*, Hindley, o filho mais velho, agora proprietário de *Wuthering Heights*, revela-se amargurado. Como filho mais velho, não suporta que “Quando a sra. Earnshaw morreu [...] [Hindley] já aprendera a considerar o pai um opressor mais do que um amigo, e Heathcliff como um usurpador do afeto do pai e de seus próprios privilégios. Tudo isso o tornou um jovem amargo” (BRONTË, E. 2016, p. 58), que acabou punindo Heathcliff após a morte do sr. Earnshaw afastando-o “da companhia da família, fazendo-o se juntar aos criados, privou-o das aulas ministradas pelo pároco e insistiu que passasse a trabalhar no campo” (BRONTË, 2018., p. 66)

Vale lembrar que o nome dado ao menino forasteiro encontrado pelo Sr. Earnshaw em Liverpool, Heathcliff, “era o nome de um filho morto ainda na infância, e lhe tem servido desde então, como nome e sobrenome” (BRONTË, 2018, p. 58). O afeto ao filho morto transferido à “uma criança suja, maltrapilha, de cabelos pretos” (BRONTË, 2018, p. 56) é insuportável para o filho que será o futuro patriarca. Quando o sr. Earnshaw não reconhece o sangue de seu sangue, seu filho primogênito, como o favorito, nega o que Hindley crê ser seu por direito. Hindley revoga o direito não só pela propriedade, mas também pela predileção. O filho morto não causa decepção, irritação, apenas as lembranças de sua doce presença.

Já em *Agnes Grey*, a narradora conta que “de seis filhos, minha irmã Mary e eu fomos as únicas que sobreviveram aos perigos enfrentados por bebês e crianças pequenas” (BRONTË, A. 2020, p. 22) e reconhece que teria sido mimada pelos pais e pela irmã em parte por conta do medo de perdê-la e também pela felicidade de ter uma filha saudável depois de tantas vidas interrompidas precocemente. Outro ponto de destaque na obra a ser entrelaçado com outro romance, é o fato de que Alice, mãe de Agnes, escolheu seu marido e foi punida por isso.

Minha mãe, que casou com ele contra o desejo da família, era uma mulher de personalidade, filha de um proprietário de terras. Em vão se tentou explicar a ela que ao se tornar a esposa de um clérigo pobre teria de abrir mão da sua carruagem, da sua criada e de todos os luxos e elegâncias da riqueza, que para ela seriam basicamente as necessidades da vida. Uma carruagem e uma criada eram grandes conveniências, porém graças a Deus, ela tinha pés para caminhar e mãos para cuidar de si mesma. Uma casa elegante com jardins amplos não era a coisa ser desprezada, mas ela preferia viver numa cabana com Richard Pray a viver num Palácio com qualquer outro homem deste mundo. [...] Ao descobrir que nenhum argumento seria aceito, meu avô disse ao casal de namorados que poderiam se casar se assim desejassem, mais que ao fazê-lo a filha perderia direito a qualquer fração da sua fortuna. (BRONTË, A. 2020., p. 21-22)

De volta a Jane e Adèle, ambas forasteiras e órfãs, as personagens também partilham de mães errantes. A mãe de Jane, filha de um homem instruído, subverte a lógica da família vitoriana burguesa e casa-se com um homem de classe inferior, cometendo a grande infração de ir contra a vontade do patriarca, que “ficou tão irritado diante dessa desobediência que a deixou sem nenhum vintém” (BRONTË, 2018, p. 40). Sem capital e sem ambiente. Céline Varens, mãe de Adèle, por sua vez, além de não inglesa, estrangeira, Outra, é responsabilizada por “levar [Rochester] à ruína” (BRONTË, 2018, p. 172) e renegar ao chamado do papel de mãe. O leitor não tem certeza se está viva ou morta, visto que Rochester diz que Céline abandonou Adèle por causa de outro homem e Adèle diz que a mãe “foi para junto da Virgem Maria” (BRONTË, 2018, p. 127), o que marca não só que a mãe pode estar morta, como também esta foi criada em ambiente católico, ainda mais um contraste ao senso de pátria inglesa anglicana. Nenhuma das duas é o anjo do lar, papel ideal da mãe inglesa.

Kristeva afirma que “o estrangeiro, portanto, é aquele que perdeu a mãe” (Kristeva, 2014, p. 13). Jane sob tutela de Mrs. Reed e Adèle sob tutela de Rochester sofrem por estes desprezarem o ventre que as colocou no mundo.

Chega, contudo, o tempo da orfandade. Como toda consciência amarga, esta provém dos outros. Quando os outros lhe fazem saber que você não conta porque os seus pais não contam, que invisíveis eles não existem, você se sente bruscamente órfão e, às vezes, responsável por sê-lo. (Kristeva, 2014, p. 28-29)

Uma vez que “as mulheres são crianças sem mãe em uma sociedade patriarcal” (Rich, 2001, p. 470)<sup>20</sup> e “viver nesta ordem social é ser um órfão” (Eagleton, 2005, p. 91), podemos enxergar Adèle e sua narrativa de criança órfã vulnerável na propriedade patriarcal de Thornfield Hall como espelho para narrativa tanto da mulher Jane quanto da menina Jane, por sua vez também uma criança órfã vulnerável residente na propriedade patriarcal de Gateshead Hall — embora a gerência da propriedade fosse da tia, Mrs. Reed, é ao primo, John Reed, uma criança mimada e violenta, a quem todos obedecem, inclusive Mrs Reed.

Segundo a professora-pesquisadora Maria Conceição Monteiro, a “rebelião de Jane traduz a luta política entre *gender* e gerações. Jane Eyre luta contra a dominação do outro [...]” (Monteiro, 2000, p. 78). Também podemos enxergar em Adèle a vontade de autoafirmação como forma de se manter íntegra perante a tentativa de dominação do outro. O que teria permitido Jane

---

<sup>20</sup> “women are motherless children in a patriarchal society”

dizer “não sou um anjo [...]; e não serei até morrer” (Brontë, 2018, p. 305), renegando o papel de anjo do lar, o qual a mulher vitoriana necessariamente deve cumprir, pode ser o que também permitiu Adèle chamar Rochester de um “*vrai menteur*” (Brontë, p. 314), um verdadeiro mentiroso, apontando a desonestidade de seu anfitrião desdenhoso. Desqualificadas da própria humanidade, a reivindicação do discurso de autoafirmação vai de embate direto com a construção discursiva, essencialmente patriarcal e redutora, de Jane e Adèle em função de seu confinamento às posições sociais pré-estabelecidas. Sendo assim, ambas personagens são portadoras éticas de suas verdades na medida em que pretendem se estabelecer identitariamente para além dos limites da sujeição ao outro.

Contrastando as vidas tanto de Jane criança quanto de Adèle, podemos não só ver a denúncia de opressões de um sistema que tenta excluir o Outro, como também vemos o encontro de duas estrangeiras, *outsiders*, órfãs que conversam, se espelham e resistem. A criança é o outro vulnerável de nós mesmos, que todos já foram, mas em algum momento esquecem, recalcam e idealizam nostalgicamente. Os adultos, que um dia já ocuparam esse lugar das crianças, mais vulneráveis, podem perpetuar o ciclo de reprodução de opressões que um dia sofreram na pele. É, portanto, na medida em que esse adulto se esconde por trás de seus mitos individualistas de autossuficiência do sujeito que a sua contraparte nas precariedades de cada criança escancara o caráter crítico dessa literatura frente aos adultos vitorianos.

## 2.2 Tecido, traje: o entrelaçar da trama das precariedades

Ellen (Nelly) Dean empunhando linha e agulha, narra os turbulentos eventos da narrativa de *Wuthering Heights*. Como já foi mencionado, para que uma criada se tornasse a principal narradora do romance, foi necessário que os quatro primeiros capítulos pertencessem à voz masculina do inquilino de Thrushcross Grange, Sr. Lockwood. Querendo se inteirar acerca do drama familiar intrínseco à propriedade na qual estava instalado — e compreender quem é o fantasma com o qual sonhou —, o narrador pede que a criada o entretenha contando as histórias contidas naquele lugar. “Vou buscar minha costura, depois fico pelo tempo que o senhor quiser”

(BRONTË, E. 2016, p. 55), foi a resposta da criada. Munida de seu cesto de costura, Nelly se torna dona da narrativa.

Em diversos pontos cruciais da narrativa, Nelly Dean empunha a agulha — seria a agulha uma alternativa ao objeto cortante da narrativa do herói, do assassino, comumente marcado pelo gênero masculino de Le Guin? —, exemplo disso pode ser encontrado quando, no capítulo 5, a narradora está “ocupada com [s]eu tricô” (BRONTË, E. 2016, p. 63) no momento em que o patriarca da família proprietária de Wuthering Heights, Sr. Earnshaw, morre, dando uma drástica guinada na narrativa. Pode tecer a narrativa da família para qual trabalhou ao longo de toda sua vida — para que uma criada seja a narradora de um romance, esta não pode contar sua própria história — recortando, alinhavando, desmanchando, enviesando as tramas. Nelly torna-se dona da trama sem precisar de travessões ou aspas. A voz dela não é mais uma voz reportada, é a própria dona da narrativa.

Podemos compreender como este romance se desenvolve de forma palimpséstica ao enxergar que a história de uma criada que começou a trabalhar para uma família ainda criança — “Minha mãe criara o sr. Hindley Earnshaw, o pai de Hareton, e eu me acostumara a brincar com as crianças. Fazia uma tarefa ou outra, também ajudava a preparar o feno; ficava por ali, na fazenda, pronta para qualquer serviço que quisessem me dar” (BRONTË, E. 2016, P. 55-56) — está escondida por trás da narrativa da história de uma família que está por baixo da camada superficial da narrativa de um inquilino curioso. Nesta seção, me proponho a pesquisar a forma com a qual os tecidos, os trajés, as linhas — de algodão e narrativas — presentes em *Wuthering Heights*, *Jane Eyre* e *Agnes Grey* afetam a trama palimpséstica dos romances.

Em *Moda: uma filosofia*, o filósofo Lars Svendsen defende que o objeto-traje é um símbolo, não uma linguagem. Caminhando por Barthes e Saussure, o autor entende que a coisa-roupa não diz algo em si, mas sim o seu uso, a roupa “representada”, o fato social dado a essa peça:

De acordo com a teoria estruturalista de Ferdinand de Saussure, Barthes faz uma distinção estrita entre o significante (signifiant) e o significado (signifié), que pode ser interpretada como uma divisão entre o aspecto material de um signo e seu conteúdo, ou seja, entre a imagem sonora da palavra “calças” e o significado dessa palavra. (...) A relação entre uma peça de roupa e um significado é completamente arbitrária. Apesar da relação arbitrária entre significante e significado, há uma relação regulada entre os dois através de um “código”, um conjunto de regras partilhadas que associam um ao outro. Se não temos familiaridade com o código, não temos como nos orientar no sistema (SVENDSEN, 2010, p. 50).

Uma vez que para Saussure, a linguagem é um fato social, podemos entender o código vestimenta-significado também como tal. O conceito de "fato social" é um dos pilares da teoria sociológica de Émile Durkheim, presente em *As regras do método sociológico* (1895). Nesta obra, Durkheim argumenta que os fatos sociais são fenômenos que transcendem as ações individuais e são externos ao indivíduo, mas exercem uma pressão social sobre ele, moldando e regulando seu comportamento. O autor define que os fatos sociais “consistem em maneiras de agir, pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (DURKHEIM, p. 3). O fato social vai para além da alçada de organizações cristalizadas como regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros e etc. Essas regras não são, necessariamente, ensinadas de maneira formal, mas são apreendidas a partir da observação de hábitos dos semelhantes, e, no momento em que o indivíduo rompe com essa regra nem sempre dita, acaba por gerar estranhamento. Neste momento do estranhamento, percebe-se que algo é, realmente, um fato social. Os corpos dóceis de Foucault, por exemplo, são exímios na reprodução dos fatos sociais, evitando de toda forma o rompimento com estes.

A partir dessa definição, Durkheim afirma que os fatos sociais devem ser tratados como coisas, objetos de estudo da sociologia, e não como ideias ou concepções mentais dos indivíduos. O autor, inclusive, nos chama a atenção acerca da vestimenta como fato social:

Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita (DURKHEIM, p. 3)

Em *Wuthering Heights*, o corpo indócil da criança Catherine Earnshaw se recusa a calçar sapatos em um passeio. O rompimento com este fato social traz consequências que irão marcar a personagem a ponto de transformar drasticamente sua história. Ao longo do sexto capítulo, Heathcliff e Cathy crianças, após serem banidos temporariamente da sala como uma punição "por terem feito barulho ou alguma pequena transgressão" (BRONTË, E. 2016, p. 67) e ficarem trancados para fora da casa pelo período de uma noite por ordens de Hindley, conseguem enxergar o que está protegido pelo tecido das cortinas das janelas de Thrushcross Grange. O menino revela a Nelly:

não tinham fechado as gelosias, e as cortinas estavam entreabertas. Nós nos seguramos no peitoril e olhamos lá para dentro... ah, que beleza! Uma sala esplêndida, acarpetada de carmim, com poltronas e mesas cobertas também de carmim, e o teto branco debruado de

ouro, e uma cascata de gotas de cristal pendendo de argolas de prata do centro, brilhando com velas pequeninas. O sr. e a sra. Linton não estavam; Edgar e a irmã tinham a sala só para eles. Deviam estar felizes, não acha? Teríamos nos sentido no paraíso! (BRONTË, E. 2016, p. 68)

As cortinas do teatro sobem aos olhos das duas crianças que conseguem enxergar, então, a cena da vida privada da família de classe mais alta. O que estava escondido por trás do tecido, agora é claro para os dois: as questões de classe. Heathcliff segue narrando seu desprezo pelos irmãos Linton — “Rimos muito deles, crianças mimadas! Como os desprezamos!” (*Idem*) —, que também pode ser lido como um desprezo pela classe.

Enquanto isso, quando o cachorro dos Linton abocanha o calcanhar desnudo de Cathy, a ferida que se abre é também a dor do reconhecimento do mundo exterior. Ao passar algumas semanas sob o teto de Thrushcross Grange e cuidado dos Linton, a película de que tudo o que desejasse seria possível é arrancada das lentes da personagem. Catherine passa por um processo de amadurecimento. Para ter uma vida independente do irmão, percebendo que a ela a propriedade de Wuthering Heights nunca pertenceria — vide que não teria uma casa para pernoitar caso não tivesse se hospedado em Thrushcross Grange por conta do machucado —, muito menos a Heathcliff que, até então, não tinha perspectiva alguma de ascender socialmente, Cathy entende que a escolha que deveria fazer era preparar-se para um dia se casar com Edgar Linton.

Os corpos, até então não docilizados de Heathcliff e Catherine, que “prometiam crescer como dois selvagens; [enquanto] o jovem patrão [Hindley] negligenciava por completo o comportamento e as atitudes dos dois” (BRONTË, E. 2016., p. 66), passam pelo processo de enxergar o que há para além do mundo particular e idílico que criaram para si. Começam a ver os fatos sociais presentes no mundo exterior ao mundo peculiar de Wuthering Heights.

Depois de cinco semanas sendo docilizada por Thrushcross Grange, Cathy retorna quase irreconhecível para seu lar:

A essa altura, seu tornozelo já estava cem por cento curado, e seus modos haviam melhorado muito. A patroa visitava-a com frequência durante esse tempo e começou seu plano de reforma tentando apelar para sua vaidade, por meio de roupas elegantes e lisonjas; a resposta de Cathy foi imediata. Então, em vez de vermos uma pequena selvagem descabelada entrar correndo em casa e nos abraçar com tanta força a ponto de nos tirar o fôlego, vimos saltar de um belo pônei negro uma pessoa de aspecto bastante digno, com cachinhos castanhos escapando de um chapéu com plumas e um longo traje de montaria que foi obrigada a segurar com as duas mãos para poder caminhar. Hindley ergueu-a do cavalo, exclamando, encantado:

– Cathy, como está linda! **Quase não consegui reconhecê-la; está parecendo uma dama agora.** (BRONTË, E. 2016, p. 73, grifo meu)

Nelly se alonga descrevendo minuciosamente a mudança dos códigos de vestimenta adotados por Cathy: “Tirei sua roupa de montaria e por baixo apareceu um deslumbrante vestido de seda xadrez, acompanhado de culotes brancos e sapatos de verniz” (Idem). Não só o que cobre seu corpo muda — a menina não acaricia os cachorros durante sua chegada por estar aflita de que estes poderiam rasgar suas roupas. O conflito entre a docilização tardia de Catherine e seus desejos pulsantes pode ser notado em diversos pontos da narrativa desde quando vai para Thrushcross Grange e até a culminação da impossibilidade de sua existência indócil quando morre.

“– Ah, céus! – exclamou, por fim. – Estou tão **infeliz!**” (BRONTË, E. 2016, p. 97, grifo meu), anuncia à Nelly antes de lhe confidenciar que aceitara o pedido de casamento de Edgar Linton. Ao ser questionada por Nelly, responde que o ama porque “vai ser rico. Vou gostar de ser a mulher mais importante da região, e vou sentir orgulho de ter um marido como ele” (BRONTË, E. 2016, p. 98) e, também, porque “é bonito, e é uma companhia agradável” (Idem). Casar-se com Edgar Linton é a função racionalmente correta que uma mulher em sua classe social deveria cumprir. O diálogo prossegue:

— [...] Seu irmão vai ficar satisfeito; os pais do rapaz não vão se opor, acho; a senhorita vai escapar de uma casa desordenada e desconfortável e ir para uma casa rica e respeitável. Ama Edgar, e ele a ama. Tudo parece perfeito... onde está o obstáculo?

– Aqui, e aqui! – respondeu Catherine, batendo com uma das mãos na testa e com a outra no peito. – Seja onde for que a alma reside. No fundo da minha alma e do meu coração, estou convencida de que estou errada!

– Isso é muito estranho! Não consigo entender. (Brontë, E. 2016, p. 99)

Catherine é extremamente ciente de sua condição, é capaz de dizer “Nelly, eu *sou* Heathcliff! Ele está sempre, sempre em minha mente. Não como fonte de prazer, não mais do que sou uma fonte de prazer para mim mesma, mas como meu próprio ser.” (BRONTË, E. 2016, p. 102) e ao mesmo tempo casar-se com Linton pelo seu papel social. A heroína afirma que a separação entre ela mesma e Heathcliff é “impossível” (id.), o que é comprovado com a sua morte quando Heathcliff retorna de sua fuga e os dois se reencontram apenas para compreender que estão juntos, mas não podem/devem estar. Cathy foi docilizada o suficiente para não renunciar ao casamento com Linton — mesmo sem poder se divorciar, de acordo com as leis da

época, poderia ter fugido assim como fez Isabella, mas poderia se encontrar no mesmo destino que a cunhada teve e não ter direito algum sobre sua criança — mas, ao mesmo tempo, não o foi ao escolher a morte frente à impossibilidade de seguir unida a Heathcliff.

Alice Grey e a mãe de Jane Eyre escolhem casar-se por amor com um marido considerado socialmente inferior e enfrentam as consequências de suas escolhas sendo punidas por seus pais, como visto na seção anterior. Já no romance *Agnes Grey*, a personagem Rosalie Murray, uma pupila de Agnes, escolhe por um casamento que lhe dê status, assim como Catherine. Porém, ao contrário de Catherine, o processo de docilização de Rosalie ocorre desde que se entende por gente. Rosalie admite: “Não me importo, estou sempre correndo atrás de dinheiro como você e a mamãe. Se o meu marido puder manter alguns cavalos e cachorros, estarei satisfeita. E o resto pode ir para o inferno!” (Brontë, A. 2020, p. 116). Rosalie encontra seu marido socialmente ideal, o que não a impede de flertar com outros homens. Quando questionada, afirma:

Nunca vou me esquecer da minha classe e posição social, nem pelo homem mais maravilhoso que jamais respirou na terra. (...) Pensar que eu poderia ser tão boba a ponto... a ponto de me apaixonar! Está abaixo da dignidade de uma mulher fazer uma coisa assim. Amor! Detesto essa palavra aplicada a alguém do nosso sexo. Penso que é um insulto perfeito! Uma preferência que eu poderia reconhecer, mas nunca por alguém como o pobre senhor Hatfield que não tem nem setecentas libras por ano com que se abençoar. (Brontë, A. 2020, p. 151)

Entretanto, Rosalie será punida de qualquer forma. Rosalie casa-se com quem pensou que seria o marido-provedor ideal. Logo cumpre sua função social como esposa — a reprodução —, mas sua criança “infelizmente é uma menina” (Brontë, A. 2020, p. 225), e seu marido, “Thomas nunca [a] perdoou” (Idem). Agnes faz uma visita a Rosalie e é testemunha de sua infelicidade. Em um momento da narrativa, a personagem desabafa:

— [...] *ele faz* o que quer, e eu sou obrigada a ser uma prisioneira e escrava. No momento em que percebeu que eu me divertia sem ele, e que outros sabiam melhor que ele o meu valor, o infeliz egoísta começou a me acusar de ser coquete e extravagante. Agora ele me prende aqui no campo, levando uma vida de freira, para que eu não possa desonrá-lo ou arruiná-lo, como se ele não fosse dez vezes pior de todos os modos, com seu livro de apostas, sua mesa de jogos, suas coristas de ópera e sua senhorita isso senhora aquilo, sim, e também as suas garrafas de vinho e taças de Conhaque com água, animal e mundo! (Brontë, A. 2020, p. 230, grifo da autora)

O relato de Rosalie nos faz enxergar a impossibilidade de realização da mulher inglesa vitoriana. Casando-se por amor ou por status a punição seria exercida em algum momento. Entretanto, Agnes não consegue se solidarizar completamente com a situação de sua ex-pupila,

por considerar que o erro tenha sido premeditado uma vez que Rosalie escolheu casar-se com Thomas por motivos que julga mesquinhos. Em determinado momento, a narradora comenta “Parece antinatural, mas certas pessoas pensam que classe e riqueza são o bem principal, e se conseguirem garantir os dois para os filhos, acreditam que cumpriram seu dever.” (BRONTË, A. 2020, p. 195) Tendo o casamento de seus pais como referência, a narradora não consegue evitar a condenação das atitudes de Rosalie. O parâmetro de Agnes é ratificado quando, após a morte de seu pai clérigo, vê a mãe, Alice, ler uma carta enviada por seu avô:

[Alice diz] Seu avô teve a bondade de me escrever. Disse que não tem dúvida de que já me arrependi há muito do meu "casamento infeliz", e que se eu me dispuser a reconhecer essa verdade e confessar que estava errada a não atender ao seu conselho, e que por isso já sofri com justiça, ele fará novamente de mim uma dama, se isso for possível depois da minha longa degradação, e lembrará das netas no testamento. (BRONTË, A. 2020, p. 201)

Alice não aceita a proposta de seu pai, avô de Agnes. Alice, como mãe-mentora da protagonista, é sua bússola moral. Ao escolher seguir de acordo com seus valores morais e viver com a possibilidade da pobreza frente a voltar a ser uma dama e viver confortavelmente, Alice ensina a Agnes que é assim que deve ser. Essa é a ética que deve ser seguida.

A heroína, de certa forma semelhante a Jane Eyre, rejeita a vaidade e o apego à matéria, e sua presumida superioridade moral fica mais evidente no contraste com outras personagens femininas ao longo do romance. Trataremos dessa justaposição narrativa de mulheres vaidosas e as heroínas com mais detalhes adiante. Apenas no século em que as irmãs Brontë escrevem seus romances a classe trabalhadora pôde ser atraída para o domínio da moda. As peças de vestuário poderiam ser, inclusive, o item mais valioso que uma pessoa das classes mais baixas poderia herdar. Antes disso, na idade média, a moda deveria ser combatida uma vez que a Igreja e o Estado cooperaram no combate ao luxo. Entretanto, uma vez que no período das Cruzadas abriu-se o contato para além da Europa e, com ele, a maior circulação de tecidos e pedras preciosas, optou-se pelo controle do consumo. “Foram desenvolvidas estipulações particulares que vinculavam o uso de determinados artigos à posição social, reservando certos trajes e objetos a classes específicas; classes inferiores ficavam proibidas de adquiri-los, mesmo que tivessem recursos para tanto” (SVENDSEN, 2010, p. 28). As diferenças de classe eram mantidas e mostradas também por meio do vestuário. A Revolução Industrial também afetou o vestuário:

a rápida expansão da produção em massa, em que a introdução das máquinas de costura e de tricotar teve considerável papel, permitiu a produção de grandes quantidades de roupas relativamente complexas, que anteriormente tinham sido o privilégio da costura feita à mão. Isso abriu possibilidades inteiramente novas para o consumo de massa. [...] Itens produzidos em massa constituem igualmente um recurso que permite a membros das massas elevarem-se acima de seus pares. Como os outros têm o mesmo interesse, observamos no consumo de massa uma tendência cumulativa que no futuro se intensificará com crescente velocidade (sujeita, naturalmente, às limitações que a situação econômica do momento pode impor). O desejo por itens de consumo simbolicamente poderosos torna-se então um mecanismo autoestimulador que é ao mesmo tempo causa e consequência de desigualdade social. (BRONTË, A., 2020)

A roupa tem o poder de borrar a fronteira entre sujeito e objeto. A autora Jessica Banner, em seu estudo sobre roupas em *Jane Eyre*, sugere que os trajés vestidos por mulheres ao longo da narrativa são lidos por Jane como faceta integral da moralidade da personagem. Para Banner, Jane constrói um vasto sistema de significantes, mapeando o mundo ao redor dela e o seu lugar nesse mundo (BANNER, 2020).

Em *Jane Eyre*, podemos categorizar o instituto de Lowood – meio orfanato, meio internato – como uma instituição total. Inicialmente, o responsável pelo gerenciamento de Lowood é o reverendo Brocklehurst. Em seu primeiro encontro com a pequena Jane, ainda em Gateshead Hall, tendo sua tia, Sra. Reed, como tutora, o reverendo enuncia: “Estudei como melhor mortificar nas meninas o sentimento mundano do orgulho” (BRONTË, 2018, p.50). Ao longo da narrativa, percebe-se o prazer e orgulho que o sr. Brocklehurst tem ao tirar das internas de Lowood qualquer marca do eu. Assim que ingressa em Lowood, Jane observa a padronização imposta: “[as meninas] trajavam idênticos vestidos de tecido marrom e corte antiquado, e compridos aventais de linho” (BRONTË, 2018., p. 62);

“Aprumadas em bancos nas laterais da sala, as oitenta garotas se sentavam imóveis eretas. Um grupo bastante pitoresco, todas com penteados simples de modo que o cabelo não cobrisse o rosto, nem um cachinho visível; o vestido era marrom de decote alto e com um pano ao redor do pescoço, e bolsinhos de linho [...] na frente servindo para guardar a costura; e todas elas usavam também meias de lã e sapatos de camponesa com fivelas de metal. Mais de vinte das alunas vestidas com esse uniforme já eram garotas crescidas, ou melhor, jovens mulheres; a roupa se ajustava mal a elas, e conferia um ar esquisito até mesmo à mais bonita.” (BRONTË, 2018., p. 65-66)

Acerca da importância das coisas materiais para a construção do eu, o sociólogo Erving Goffman desenha a imagem de um “estojo de identidade” (GOFFMAN, 2019, p. 28). O indivíduo se utiliza de coisas materiais para a construção de sua identidade. As coisas que carrega consigo,

as coisas que o adornam, os tecidos que os abraçam – os objetos dão o senso de individualidade ao sujeito. Ao retirar do sujeito a possibilidade de escolher as coisas materiais que o cercam, o sujeito é mortificado. A mortificação para Goffman em *Manicômios, prisões e conventos*, é a constante mutilação do eu pelo que chama “instituição total”, ou seja, em “[...] um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico [...]. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2019, p. 22). No processo de mortificação do eu, as camadas que constituem uma identidade vão sendo eliminadas.

As passagens acima reforçam a função da perda de objetos pessoais e identitários – ou seja, o seu “estojo de identidade”, nos processos de ingresso das instituições totais. Na admissão de um novo integrante da instituição, há concomitantemente processos de “arrumação” e “programação”, uma vez que o novato deve admitir “ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina” (GOFFMAN, 2019, p. 26). Como pontuado anteriormente, parte essencial desse processo de “enquadro” (id.) e “mortificação” é a separação entre o sujeito e seus pertences:

A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante das outras. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los, ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos - em resumo, o indivíduo precisa de um "estojo de identidade" para o controle de sua aparência pessoal. (GOFFMAN, 2019, p. 28)

Para a mutilação do eu, a perda desse estojo de identidade é essencial. O integrante da instituição total não só deve perder o que o caracterizaria como um indivíduo, como uma unidade, mas também deve passar por um processo no qual venha a ser colocado como idêntico aos outros. Passam a não ser indivíduos, mas parte de uma massa. Não se consegue identificar o indivíduo a uma certa distância, pois todos foram, primeiramente, despersonalizados e descaracterizados, e, depois disso, foram rearrumados para se encaixarem como os outros: devem vestir uniformes, ter o mesmo corte de cabelo, entre outras formas de padronização estética dos corpos que habitam a instituição total. Situando a leitura de Goffman no percurso intelectual de Butler, a pesquisadora Carla Rodrigues nos ensina que

Oferecer reconhecimento e estabelecer a condição social de possibilidade de reconhecimento caminha junto mas pensar apenas no reconhecimento é insuficiente para

pensar no que enquadra a condição de ser reconhecido. [...] é outra maneira de dizer que a tarefa é pensar não apenas na precariedade de cada uma dessas formas de vida, mas também no que sustenta a condição de possibilidade de manter essas vidas precárias (RODRIGUES, 2021, p. 76)

No contexto desta dissertação, torna-se fundamental aderir ao que Rodrigues chama de "enquadrar o enquadramento". Isto porque Butler parte do pressuposto em sua leitura de Goffman de que existem formações discursivas que atravessam e antecedem a estruturação normativa de um discurso moral tal qual o da era vitoriana. Antes de passar pelo processo de mortificação em Lowood, a criança-Jane já é capaz de identificar os símbolos carregados por certos tecidos e peças de vestuário. A personagem enxerga nas roupas marcadores sociais. Em Gateshead Hall, identificando-se como “uma forasteira antipática intrometendo-se permanentemente em seu núcleo familiar” (BRONTË, C. 2018, p.30), a pequena Jane narra seu único prazer nas celebrações de Natal e Ano Novo, das quais foi excluída: ver as primas Eliza e Georgiana descendo “à sala usando finos vestidos de musselina e faixas escarlate” (BRONTË, C. 2018, p. 43).

Já internada em Lowood, a narradora observa diversas vezes a precariedade da roupa como espelho da própria precariedade das internas. Logo no primeiro contato que o leitor tem com Lowood, percebe-se o fascínio do reverendo Brocklehurst pelo ato de mortificar qualquer resquício de Eu de suas internas:

– Srta. Temple, o que... *o que* é aquela menina de cabelo cacheado? Cabelo ruivo, minha senhora, e cacheado?  
E, estendendo sua bengala, apontou ao desprezível objeto, as mãos tremendo.  
[...]  
Todos esses coques devem ser cortados.  
[...] Minha missão é mortificar nessas meninas as tentações da carne, ensiná-las a se vestir com pudor e sobriedade, não com cabelos trançados e roupas caras. (BRONTË, C. 2018, p. 85)

Charlotte, então, brilhantemente coloca logo em seguida na cena mais três moças jovens, familiares do gestor da instituição que aparecem para visitar o instituto. A descrição, neste momento, acerca de suas roupas é minuciosamente detalhada e escancara o contraste com a precariedade da vida das internas:

Deveriam ter chegado um pouco mais cedo para ouvir seu sermão sobre vestuário, pois estavam magnificamente trajadas de veludo, sedas e peles. As duas mais jovens do trio (belas moças de dezesseis e dezessete anos) tinham chapéus de castor cinza, então na moda, decorados com penas de avestruz, e sob a aba desses graciosos ornamentos saía uma profusão de leves madeixas, elaboradamente cacheadas. A mais velha estava

envolvida num caro xale de veludo, debruado de arminho, e usava um aplique cacheado falso. (BRONTË, C., 2018)

Enquanto o próprio vestia “uma extensão de seda e pelica laranja e púrpura, e uma nuvem de plumagem prateada, [que] se estendiam e ondulavam” (BRONTË, C., p. 87), as internas não tinham roupas que cumprissem a função de protegê-las do frio. Embora tenha citado Svendsen anteriormente afirmando que roupa não é uma linguagem, e sim um código, gosto de pensar que os vestidos marrons e aventais de linho serviam para dizer: “Somos internas, órfãs e vulneráveis. O reverendo Brocklehurst tem o poder de ser o único mediador entre o lado de dentro e o de fora de Lowood – nossas necessidades devem ser informadas a ele, que pode tomar a decisão de interceder ou não por nós” – abro aqui parênteses para citar mais uma vez Goffman: “a necessidade de pedir, importunar, ou humildemente pedir algumas coisas pequenas” (GOFFMAN, 2019, p. 30). A precariedade tão bem composta e exposta pelo vestuário das internas é tamanha a ponto de ser insalubre. Jane descreve a incompetência de suas roupas:

eram insuficientes para nos proteger do frio intenso. Não tínhamos botas, a neve penetrava em nossos sapatos e ali derretia; nossas mãos sem luvas ficavam entorpecidas e cobertas de frieiras, bem como nossos pés. Lembro-me bem da irritação que sentia por causa disso todas as noites, quando meus pés inflamavam, e a tortura de enfiar os dedos inchados, enrijecidos e em carne viva nos sapatos pela manhã. (BRONTË, C., 2018, p. 80)

Quando a febre tifoide chega ao internato, a falta de função da roupa é fatal. Na trama, as meninas da ficcional Lowood morrem pela “natureza insalubre do local” (BRONTË, C. 2018., p. 107) – marcada pela extrema carência de roupas que as protejam do frio, comida e água salubres, acomodações decentes. “Muitas, já doentes, foram mandadas para casa apenas para morrer; outras morreram na escola, e foram enterradas sem alarde e depressa, a natureza da enfermidade não permitia demora” (BRONTË, C. 2018., p. 99-100) Assim morre a amiga mais querida de Jane, Helen Burns. Vemos a chama da fé espiritual de Jane vacilar neste ponto da narrativa, de certa forma nos remetendo aos poemas de Lady Mary Carey e Anne Bradstreet acerca da morte de suas crianças presentes no primeiro capítulo desta dissertação. Jane questiona em voz alta: “Onde está Deus? O que é Deus” (BRONTË, C. 2018., p. 105). Quando Helen diz que se encontrarão novamente no “território da felicidade, e será recebida pelo mesmo poderoso Pai universal” (Idem), Jane se pergunta mentalmente “Onde fica esse território? Existe?” (Idem). Mais uma vez, nesta pesquisa, vemos que a morte de meninas, a morte de crianças, embora fosse um evento que acontecia com certa frequência, não era um evento o qual se aceitava

resignadamente. Havia muita dor na perda precoce de uma criança. Nesse caso, a indignação era ainda maior, uma vez que se via que poderia ser evitável, caso as internas estivessem em condições salubres.

Charlotte Brontë exemplifica, ao escrever a Lowood de *Jane Eyre*, como escolas mal administradas colocavam a vida de crianças em risco, como aconteceu com as duas irmãs Brontë mais velhas, Maria e Elizabeth. As quatro irmãs Brontë mais velhas frequentaram Cowan Bridge em 1924. As péssimas condições às quais as meninas eram submetidas, entretanto, colaboraram para que várias pupilas adocessem. Em fevereiro de 1925, Maria voltou para casa após ser diagnosticada com tuberculose, e, em maio, Elizabeth teve o mesmo destino. As irmãs não resistiram e faleceram. Charlotte e Emily saíram da instituição. Não à toa Charlotte só voltaria aos estudos fora de casa aos 14 anos.

Ao deixar de residir em Lowood para exercer a função de preceptora em Thornfield Hall, a jovem adulta Jane, tendo, então, parte de si mortificada por Lowood, passa a ter mais contatos com outros códigos de vestuário. Os bens que Jane carregou consigo eram poucos, uma vez que “não tinha um guarda-roupa muito grande, embora fosse adequado às [suas] necessidades” (BRONTË, 2018, p. 140): um vestido de trabalho preto, um vestido de seda preta e um vestido cinza claro que, segundo “noções de toalete adquiridas em Lowood, achava elegante demais para usar, a menos que fossem ocasiões muito especiais” (BRONTË, C. 2018., p. 148). Seu bem mais precioso era “uma única joia de pérola” (Idem), presente recebido de sua professora-mentora mais querida, a Sra. Temple, ao se casar e se despedir de Lowood.

Jane vê-se traída pelos códigos que pensava já haver compreendido assim que chega a Thornfield Hall. É recebida por “a senhorinha mais elegante do mundo, com touca de viúva, vestido de seda preta e avental de musselina branco feito neve” (BRONTË, C. 2018., p. 121), a quem julga ser a mãe de sua nova aluna. “Não havia grandeza para oprimir, nem pompa para envergonhar” (BRONTË, C. 2018.). Ao descobrir o lugar da sra. Fairfax na hierarquia da casa – uma governanta, viúva de um tio de Rochester –, Jane entende que não deve deixar sua aparência de lado, como fora ensinada em Lowood, mas deve estar ornamentada com os códigos certos, nos momentos certos. Ao acordar para seu primeiro dia de trabalho em Thornfield Hall com a pequena Adèle, se preocupa em parecer “respeitável o suficiente para aparecer diante de Mrs. Fairfax, e que a minha nova aluna pelo menos não recuará diante de mim com antipatia” (BRONTË, C. 2018., p. 126).

Em seu primeiro encontro com o Sr. Rochester, quando tenta ajudá-lo após um acidente enquanto ele andava à cavalo a caminho de Thornfield Hall, Jane percebe que o homem tenta decifrar a sua pessoa e função social a partir dos códigos que seu traje carrega, mas falha: “[sr. Rochester] passou os olhos pelas minhas roupas, que, como hábito, eram muito simples – uma capa preta de lã e uma touca preta de pele de castor. Nada disso era elegante o suficiente para a criada pessoal de uma dama. Ele pareceu intrigado, sem conseguir se decidir; ajudei-o” (BRONTË, C. 2018., p. 142). Na presença de Rochester, Jane é ensinada pela sra. Fairfax que deve usar suas melhores roupas. Entretanto, mesmo trajando seu mais fino vestido cinza claro e o seu broche de pérolas, Jane sente-se completamente segregada. Em lugar de penumbra, ao mesmo tempo visível o suficiente para ser vista, mas não a ponto de ter qualquer importância, a protagonista passa por um desconfortável jogo de interações com Rochester e seus visitantes no capítulo XVII do romance.

Jane tem a certeza de que não pertence àquele lugar, a começar pelos códigos trajados.

Nunca vi cenário mais esplêndido: as damas estavam magnificamente vestidas; a maioria era bonita, pelo menos as mais jovens [...]. [Blanche Ingram trazia consigo] Uma coroa de tranças grossas na parte de trás da cabeça, e na parte da frente os cachos mais longos e brilhantes que eu jamais vira. Estava toda de branco; uma echarpe cor de âmbar passava sobre seu ombro e peito, atada ao lado, e caindo até abaixo do joelho, onde terminava numa franja. Ela também usava uma flor cor de âmbar no cabelo: belo contraste com a massa negra de seus cachos. (BRONTË, C. 2018, p. 192).

A justaposição entre Jane e os códigos trajados por ela e os convidados de Rochester reforça a sobriedade moral, o caráter da ética puritana que Jane vai seguir ao longo de toda a narrativa. Charlotte Brontë veste suas personagens femininas de natureza mais frívola com extravagantes peças de roupa, enquanto para Jane-adulta faz uma cuidadosa curadoria de peças sóbrias e simples – úteis. Ainda tratando da passagem presente no capítulo XVII, Charlotte Brontë nos mostra que não só Jane lê os códigos de vestimenta da classe social dominante e julga a personalidade do indivíduo pelos trajes que os adornam, mas também o contrário é verdadeiro. Na passagem a seguir, já citada previamente neste capítulo, a protagonista escuta a conversa entre as convidadas sobre preceptoras:

– Minha querida, não fale de educadoras; a palavra me deixa nervosa. Sofri um verdadeiro martírio com suas incompetências e seus caprichos. Agradeço aos céus por estar agora livre delas!

A sra. Dent curvou-se sobre a devota senhora, e sussurrou algo em seu ouvido. Suponho, a tomar pela resposta, que a estivesse recordando que uma representante da raça execrada estava presente.

– Tant pis! Espero que ela aprenda algo com isto! -- disse a senhora. E então, num tom de voz mais baixo, mas ainda alto o suficiente para que eu pudesse ouvi-la: – Já reparei nela; **sei julgar fisionomias, e na sua vejo todos os defeitos da classe.** (BRONTË, C. 2018, p. 211-212, grifo meu)

Nesta passagem, Charlotte narra a maneira como uma classe olha para outra reconhecendo os objetos que, de modo padrão, as acompanham ao mesmo tempo em que tecem críticas acerca dos indivíduos de determinada classe com base nos estojos de identidade que os adornam. Os códigos trajados por Jane são lidos pelas convidadas como sinônimo de um lembrete da incompetência que acompanha as preceptoras – a incompetência destas não terem conseguido manter-se em uma classe social mais elevada por meio do casamento e a incompetência das próprias mulheres das classes mais altas de educar suas próprias filhas, tarefa, antes destinada às mães. Os trajes sóbrios, sem sal e extremamente funcionais de Jane corroboram suas crenças, ainda que estas tenham sido afetadas pela mortificação em Lowood.

No século XIX, as mulheres de determinadas classes sociais nunca estariam trajadas com o estojo de identidade adequado aos olhos das mulheres de outras classes. Pomposos demais, simples demais, vulgares demais, remendados demais. Seus objetos codificados culturalmente enquanto atributos sociais da mais alta importância, estão sujeitos à maneira como simultaneamente contextualizam e qualificam os próprios indivíduos quanto ao trato que irão receber de seus pares na sociedade. A ratificação da inferioridade das preceptoras, que, para as mães, parecem sempre incompetentes ao educar seus filhos, mas que, na verdade, reforçam sua própria incompetência na função imposta de gestora do lar, também é notada em *Agnes Grey*. Comentários como “Quem deveria formar os gostos de uma jovem dama, eu me pergunto, se a preceptora não é capaz de tanto?” (Brontë, A. 2020, p. 192) e “Há pouca coisa a escolher entre uma pessoa que arruína suas pupilas pelo descaso e outra que as corrompe pelo exemplo” (Brontë, A. 2020., p. 193) reforçam tensão e dependência nas relações entre as preceptoras e as famílias para quem trabalham.

Ao colocar lado a lado a vaidade e a sobriedade de diferentes tipos de mulheres com valores morais distintos, as irmãs Anne e Charlotte Brontë reforçam a bondade e uma suposta superioridade moral de suas heroínas. Anne, também, por vezes, coloca Rosalie Murray justaposta a Agnes Grey de forma com que os valores da heroína sejam ressaltados.

Durante o *début* de sua pupila, Agnes se mostra sempre sóbria e pouco deslumbrada.

— [...] Brown disse que tinha certeza de que nenhum cavalheiro poderia pôr os olhos em mim sem se apaixonar de imediato. Por isso acho que posso ser um pouco vaidosa. Sei que a senhorita vai pensar que eu sou uma garota frívola, presunçosa, grosseira. Mas, você sabe, eu não atribuo tudo às minhas atrações pessoais. Atribuo um pouco à minha cabeleira, e um pouco ao meu vestido delicadamente lindo, de seda branca sobre cetim rosa, e feito com tanto primor! Você precisa vê-lo amanhã. E um colar e um bracelete de lindas pérolas grandes!

— Não tenho dúvida de que você estava linda, mas isso deveria deliciá-la tanto? (BRONTË, A. 2020, p. 107)

Entretanto, há um momento em que a personagem se repreende ao perceber-se tentada a valorizar as aparências: “naqueles dias passei a prestar mais atenção aos vestidos, coisa que não me acontecia antes. [...] Se a mente fosse bem cultivada e o coração bem disposto, ninguém se importaria com o exterior. Assim diziam os professores da nossa infância. E assim dizemos às crianças de hoje”. (BRONTË, A. 2020, p. 177). Neste trecho, há uma mensagem pedagógica que a preceptora não consegue e não conseguirá repassar às suas pupilas de classe mais alta. Em diversos momentos da narrativa, Agnes julga que as prioridades das famílias ricas são moralmente distorcidas. Exemplo disso é quando Agnes aconselha Rosalie, sua ex-pupila, e recebe uma resposta completamente contrária aos seus próprios valores morais:

— Exortei-a a buscar consolo cumprindo o seu dever com Deus e com o homem, a colocar sua fé no céu e se consolar com cuidado e educação da sua filhinha, assegurando-lhe que seria amplamente recompensada ao testemunhar o progresso na Força e Sabedoria, e recebendo a afeição genuína da pequena.

— Mas não posso me dedicar inteiramente a uma criança — disse ela. — Ela pode morrer o que não é de forma alguma improvável [...] Mas, supondo que eu pudesse ser tão generosa a ponto de ter prazer nisso, ainda assim, é apenas uma criança, e não consigo centrar todas as minhas esperanças numa criança, isso está apenas um grau acima da dedicação a um cachorro. (BRONTË, A. 2020, p. 231-232)

Anteriormente, observamos que a preceptora exerce remuneradamente uma função que a mãe deveria exercer sem qualquer remuneração. Na passagem acima, fica subentendida a diminuição de uma preceptora por trabalhar com algo tão alheio a uma dama — a criança. A comparação entre criança e cachorro não nos é uma novidade. Já vimos na seção anterior Rochester afirmar que há mais semelhança — e afeto — entre ele e seu cachorro do que entre ele e Adèle. Rosalie não consegue criar laços com a filha. A citação acima nos faz lembrar novamente de Judith Butler quando a filósofa afirma que, para sobreviver, a criança necessita e depende dos cuidados de outros (BUTLER, 2014, p. 67). A maternagem, que deveria ser um

chamado natural, de acordo com a sociedade da época, para Rosalie, na verdade é uma função que será delegada para uma mulher trabalhadora de uma classe inferior. Ao marcar o quão desimportante, para ela, é cuidar de uma criança, a personagem também reforça a desimportância da preceptora.

Neste capítulo, vimos que a hierarquia social é central em *Wuthering Heights*, *Jane Eyre* e *Agnes Grey* — vale aqui lembrar a questão levantada por Michelle Perrot: a batalha constante do patriarca contra os Outros. As narradoras preceptoras, podendo olhar com certa distância para as classes sociais distintas presentes em uma mesma casa, são essenciais para a construção das tramas de tensão entre essas precariedades. Jane decide deixar sua vida de interna, como aluna e professora, para explorar o mundo fora dos muros da escola. Por outro lado, Agnes deixa sua casa com o objetivo de se educar e ensinar aos outros. No entanto, a idealização romântica e imatura da educação é gradualmente substituída por sua experiência prática profissional. Enquanto isso, Ellen (Nelly) Dean, portando suas poderosas agulhas de tricô, conta uma narrativa da qual não é protagonista, mas que testemunhou em primeira mão. Embora Jane e Agnes tenham estado à margem na sociedade narrada, não eram margem da narrativa e tiveram, em dado momento, ascensão social. Nelly passa todo o tempo de *Wuthering Heights* a serviço das famílias proprietárias das terras e não há perspectiva de que sua situação mude. Agnes e Jane deixam de ser infantilizadas a partir do momento em que começam a trabalhar, assim como Nelly. Entretanto, Nelly tem sua infância ceifada ainda criança.

As diferentes identidades e suas precariedades são construídas de forma que o traje-código seja essencial para a costura da trama. A vestimenta desempenha um papel importante na construção da identidade do indivíduo, formando aquele "estojo de identidade" do qual falava Goffman. Esses objetos pessoais, adornos, e roupas ajudam a expressar não só a individualidade do sujeito, mas também marcas e pistas de seu lugar no mundo. O traje-código também nos ajuda a compreender a precariedade do sujeito quando a roupa não é competente ao cumprir sua função. Por fim, observamos um recurso narrativo frequentemente usado pelas irmãs Brontë: a justaposição de personagens de polos sociais opostos para que o contraste entre abundância e privação das classes sociais seja tão evidente quanto os valores morais carregados pelas heroínas e as personagens com quem estão em discordância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de pesquisa e escrita desta dissertação, busquei entender as questões relacionadas ao discurso acerca da proteção da criança e à maneira como poderíamos ler os romances das irmãs Brontë à luz dessas reflexões. O primeiro capítulo se debruça sobre questões de como compreender o significado do termo "criança" e como se dá a caracterização do que é considerado "infantil". Além disso, lá recuperei a ideia de Butler de que embora o corpo humano seja considerado como um lugar de vulnerabilidade para todos os indivíduos, é importante ressaltar que as precariedades afetando cada pessoa podem ser diferentes, dependendo da forma como são percebidas pelos outros. Nesse sentido, é possível questionar qual seria o conceito ideal de ser humano, considerado normativo, e como aqueles que não se encaixam nesse padrão podem ser desumanizados. Dessa forma, é possível refletir sobre como diferentes infâncias podem levar a distintas formas de precariedade e, também, pensar em como a imagem de uma infância vulnerável é capaz de comover e promover uma “ética da responsabilidade”, caracterizada pela filósofa como a recuperação e o reconhecimento da humanidade de um Outro.

Propus, portanto, ao ler de maneira crítica as obras brontënicas, o *Bildungsroman* a contrapelo, inspirada pelas ideias de Walter Benjamin e a partir das investigações de Cristina Ferreira Pinto ao pesquisar as razões pelas quais o *Bildungsroman*, ou romance de formação, não possui um desfecho completo quando protagonizado por heroínas no século XX. Ao examinarmos os romances de formação de maneira crítica e atenta, ao invés de simplesmente acariciá-los com uma leitura passiva, podemos descobrir o que se encontra por trás do palimpsesto das narrativas criadas pelas irmãs Brontë - obras que ao mesmo tempo refletem a cultura da época em que foram escritas, e são capazes de produzir novas ideologias.

Figura 7 - *Reader, I married him.*



Fonte: A autora, 2022.

ler o *Bildungsroman* a contrapelo é virá-lo pelo avesso;  
observar as linhas que se embolam,  
os nós que arrematam, as tramas que se entrelaçam;  
olhar para as linhas que borram ou corroboram identidades;  
o intrincado tecer; de mãos que empunham agulhas de mulheres sem mãe sem pátria;  
que um dia foram meninas; cuidam, educam,  
formam crianças; são elas receptáculos de vida

## REFERÊNCIAS

ADCOCK, Rachel; READ, Sara; ZIOMEK, Anna. *Flesh and spirit: an anthology of seventeenthcentury women's writing*. Manchester: Manchester University Press, 2016.

ADLER-NISSEN, Rebecca; ANDERSEN, Katrine Emélie; HANSEN, Lene. Images, emotions, and international politics: the death of Alan Kurdi. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 1, p. 75-95, Jan. 2019.

AHMED, Sara. Happy Objects. In: GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory (org.). *The Affect Theory Reader*, Durhan, NC: Duke University Press, p. 29–51, 2010.

ARIÈS, Philippe. *Centuries of childhood: a social history of family life*. Tradução de Robert Baldick. New York: Alfred A. Knopf, 1962.

ANJOS, Moacir dos; JAAR, Alfredo. *Lamento das Imagens, de Alfredo Jaar*. Youtube, 07 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TBjjUMNdrCA>. Acesso em: 22 maio 2022.

BANNER, Jessica. Styling the self: exploring formation through clothing in Charlotte Brontë's Jane Eyre. *Wilkie Collin's Journal*, v. 17, n. 1, 2020.

BARKER, Juliet. *The Brontës: wild genius on the moors*. Londres: Pegasus Books, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. v. 1. Magia e Técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 91-108.

BIAR, Liana; CORTEZ, Yasmin Barros; SANTOS, Douglas. A ascensão de um termo: fascismos, necropolítica e o atual cenário político brasileiro. *Revista Escritas*, n. 18, 2020. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46619/46619.PDF>. Acesso em: 22 maio 2022.

BÍBLIA – *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Photography: a middle-brow art*. Tradução de Shaun Whiteside. Cambridge: Polity Press, 1998.

- BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 201-230
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.
- BRIGIDA, Marcela Santos. “What is that constitutes virtue, Mrs. Graham?”: uma releitura do projeto ficcional de Anne Brontë no ano do bicentenário. *Escritos discentes em literaturas de língua inglesa*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 130-139, 2020.
- BRONTË, Anne; BRONTË, Charlotte; BRONTË, Emily. *The Complete Novels of the Brontë Sisters*. New York: Golden Deer Classics, 2016. Kindle Edition.
- BRONTË, Anne. *Agnes Grey*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Martin Claret, 2020.
- BRONTË, Charlotte. *Jane Eyre: uma autobiografia*. Tradução de Adriana Lisboa. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes*. Tradução de Adriana Lisboa. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CAVARERO, Adriana. *Horrorism: naming contemporary violence*. Nova York: Columbia University press, 2009.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOURTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (org.). *O gênero nas ciências sociais: leituras críticas de Marx Weber a Bruno Latour*. Brasília: EDUNB; São Paulo: UNESP, 2014.
- DARBON, Sebastien: O etnólogo e suas imagens. In: SAMAIN, Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- DENVER, Carolyn. *Death and the mother from Dickens to Freud: Victorian fiction and the anxiety of origins*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- EAGLETON, Terry. *Myths of power: a marxist study of the Brontës*. London: Palgrave Macmillan, 2005a.
- EAGLETON, Terry. *The English novel: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2005b.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2014.
- FROST, Ginger. *Victorian childhoods (Victorian life and times)*. Westport: Praeger Publishers, 2008. Kindle Edition.

GARCÍA, Raquel García-Cuevas. In the name of the mother: matrilineal bonds in Charlotte Brontë's *The professor*. *Brontë Studies*, v. 46, n. 1, p.56-68, jan. 2021. DOI 10.1080/14748932.2021.1835065 .

GASKELL, Elizabeth. *The life of Charlotte Brontë*. New York: Barnes Noble Classics, 2005.

GILBERT, Sandra M. A dialogue of self and soul: plain Jane's progress. In: BRONTË, Charlotte. *Jane Eyre*. Ed. Richard J. Dunn. 3rd ed. New York: Norton & Co., 2001.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOLDFARB, Russell M. *Sexual repression and Victorian Literature*. Lewisburg: Bucknell University Press, 1970.

JUNG, Sandro. Knowledge economies in Agnes Grey. *Brontë Studies*, v. 3, n. 36, p. 224–234, 2011.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

LAMB, Charles and Mary. *Tales from Shakespeare*. UK: Penguin Random House, 2016.

LANGE, Dorothea. The assignment I will never forget. In: HERON, Liz; WILLIAMS, Val (ed.). *Illuminations: women writing on photography from the 1850s to the present*. Nova York: I.B. Tauris Publishers, 1996.

LE GUIN, Ursula K. Is gender necessary? [1979]. In: LE GUIN, Ursula K. *The Language of The night: essays on fantasy and science fiction*. New York: Harper Perennial; Women's Press, 1992.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. *Fragmentos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 61-71, jul./dez. 1998.

MONTEIRO, Maria Conceição. *Sombra errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal Fluminense, 2000.

MONTEIRO, Maria Conceição. *O romance sensacionalista inglês e o casamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009

NAST, Thomas. *St. Patrick's Day 1867*. Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/2010643958/>> Acesso em: 10 jul. 2022

OPPER, Frederick Burr. *The Irish declaration of independence that we are all familiar with.*, 1883, Disponível em: <https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/Digital-Library/Record?libID=o288219>. Acesso em: 10 jul. 2022

PINTO, Cristina Ferreira. *O Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

RICH, Adrienne. Jane Eyre: The temptations of a motherless woman. In: BRONTË, Charlotte; DUNN, Richard J (ed.). *Jane Eyre*. 3rd ed. New York: Norton & Co., 2001.

RYLANCE, Rick. 'Getting on': Ideology, personality and the Brontë characters. In: GLEN, H. (ed.). *The Cambridge Companion to the Brontës*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SHAW, Marion. Anne Brontë: a quiet feminist. *Brontë Studies*, v. 4, n. 38, p. 330–338, 2013.

SVENDSEN, Lars. *Moda: Uma filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1938].

WOOLF, Virginia. *The diary of Virginia Woolf*. Londres: Penguin Books, 1980. v. 3.